



ANA PAULA DE SIQUEIRA

**A INDÚSTRIA E O CRESCIMENTO BRASILEIRO. UMA ANÁLISE A PARTIR DA
DÉCADA DE 90.**

**Monografia apresentada como requisito para
a conclusão do Curso de Bacharelado em
Relações Internacionais da Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais do UniCEUB –
Centro Universitário de Brasília.**

Orientador: Prof. Alaor Sílvio Cardoso

**BRASÍLIA-DF
2005**

ANA PAULA DE SIQUEIRA

**A INDÚSTRIA E O CRESCIMENTO BRASILEIRO. UMA ANÁLISE A PARTIR DA
DÉCADA DE 90.**

**Monografia apresentada como requisito para
a conclusão do Curso de Bacharelado em
Relações Internacionais da Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais do UniCEUB –
Centro Universitário de Brasília.**

Orientador: Prof. Alaor Sílvio Cardoso

**BRASÍLIA-DF
2005**

**A INDÚSTRIA E O CRESCIMENTO BRASILEIRO. UMA ANÁLISE A PARTIR DA
DÉCADA DE 90.**

Banca Examinadora:

Prof. Alaor Sílvio Cardoso
(Orientador)

Prof. Cláudio Ferreira da Silva
(Membro)

Prof. Carlito Roberto Zanetti
(Membro)

**BRASÍLIA-DF
2005**

"Se parares cada vez que ouvires o latir de um cão, nunca chegarás ao fim do caminho."

Provérbio chinês

Agradeço a Deus por ter me dado força para conseguir trilhar o longo caminho; à minha mãe por todo apoio, ajuda, compreensão, incentivo e paciência; ao meu noivo por estar sempre ao meu lado, me encorajando para chegar a mais essa vitória ; ao meu orientador, professor Alaor por ter acreditado no meu potencial; as minhas amigas: Priscila, Vanessa Campanella e Vanessa Marçal que estiverem sempre presentes nos momentos de aflição .

SUMÁRIO

RESUMO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ABSTRACT	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
TABELA DE SIGLAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
INTRODUÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CAPITULO I	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
METODOLOGIA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CAPITULO II	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
PROBLEMA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CAPITULO III	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
MARCO TEÓRICO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CAPÍTULO 04	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
A INDÚSTRIA BRASILEIRA: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.1 <i>ORIGEM DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO</i>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.2 <i>HISTÓRICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA</i>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.3 <i>CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA</i>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4.4 <i>DINÂMICA INDUSTRIAL BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 90</i>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CAPÍTULO 05	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E APRIMORAMENTO DE TÉCNICAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
5.1 <i>DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO</i>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
5.2- <i>PAPEL DO BANCO MUNDIAL NA INDUSTRIALIZAÇÃO</i>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
5.3- <i>TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA</i>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
5.4 – <i>FINANCIAMENTO PARA INDÚSTRIA BRASILEIRA</i>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
5.5 – <i>TRIBUTAÇÃO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA</i>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CAPÍTULO 06	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ESTRATÉGIAS PARA O CRESCIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
6.1 <i>AS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO PARA INDÚSTRIA BRASILEIRA</i>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
6.2 <i>FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DO CRESCIMENTO BRASILEIRO</i> ..	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
6.3 <i>COMPETITIVIDADE DOS SETORES INDUSTRIAIS BRASILEIROS</i> ...	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CAPÍTULO 07	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA (PITCE) .	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
7.1- <i>O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ABDI</i>	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CONCLUSÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ANEXOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

SUMÁRIO

RESUMO	2
ABSTRACT.....	3
TABELA DE SIGLAS.....	4
INTRODUÇÃO	5
CAPITULO 01.....	7
METODOLOGIA	7
CAPITULO 02.....	8
PROBLEMA	8
CAPITULO 03.....	9
REFERENCIAL TEÓRICO	9
CAPÍTULO 04.....	11
A INDÚSTRIA BRASILEIRA: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS	11
4.1 ORIGEM DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO.....	11
4.2 HISTÓRICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA.....	13
4.3 CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA.....	17
4.4 DINÂMICA INDUSTRIAL BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 90.....	18
CAPÍTULO 05.....	25
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E APRIMORAMENTO DE TÉCNICAS.....	25
5.1 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO	25
5.2- PAPEL DO BANCO MUNDIAL NA INDUSTRIALIZAÇÃO	31
5.3- TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA	33
5.4 – FINANCIAMENTO PARA INDÚSTRIA BRASILEIRA	36
5.5 – TRIBUTAÇÃO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA.	38
CAPÍTULO 06.....	41
ESTRATÉGIAS PARA O CRESCIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO.....	41
6.1 AS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO PARA INDÚSTRIA BRASILEIRA	41
6.2 FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DO CRESCIMENTO BRASILEIRO	45
6.3 COMPETITIVIDADE DOS SETORES INDUSTRIAIS BRASILEIROS.....	50
CAPÍTULO 07.....	55
A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA (PITCE)	55
7.1- O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ABDI.....	57
CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
ANEXOS.....	

RESUMO

Este trabalho tem a função de analisar a estrutura industrial brasileira a partir do ano de 1990, bem como sua repercussão para os anos posteriores. Contempla ainda uma abordagem sobre os agentes da abertura comercial e a competitividade dos produtos brasileiros.

Procura demonstrar o papel da indústria para o crescimento do Brasil e apresenta os problemas existentes no setor industrial brasileiro, em consequência das distorções macroeconômicas existentes no País.

São descritas propostas básicas para boa efetivação da indústria no Brasil, enfatizando as vantagens que o País oferece.

Ao longo dos capítulos, são especificadas diretrizes para sanar as dificuldades da indústria, expondo o papel do governo e sua interferência para execução de políticas estratégicas de longo prazo.

ABSTRACT

This work has the function to characterize the Brazilian industrial structure from the year of 1990, as well as its repercussion for the posterior years. An analysis on the commercial opening and the competitiveness of the products is carried through. Search to demonstrate the paper of the industry for the growth of Brazil and presents the existing problems in the Brazilian industrial sector, in consequence of the existing macroeconomic distortions in the Country. There are described basic proposals for good efetiveness of the industry in Brazil, emphasizing the advantages that the Country offers. To the long one of the chapters, there are described ways to cure the difficulties of the industry, displaying the paper of the government and its interference for execution of strategical politics of long period.

TABELA DE SIGLAS

- **ABDI** – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.
- **BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- **BIRD** – Banco Mundial;
- **CNI** – Confederação Nacional da Indústria.
- **COFINS** – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
- **CPMF** – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.
- **ECIB** – Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.
- **FGV** – Fundação Getúlio Vargas;
- **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- **IEDI** – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial;
- **MDIC** – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- **PIB** – Produto interno Bruto
- **P&D** – Pesquisa e Desenvolvimento;
- **PIS** – Programa de Integração Social;
- **PITCE** – Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior;
- **TIB** – Tecnologia Industrial Básica.

INTRODUÇÃO

O setor industrial brasileiro transformou-se profundamente a partir de 1990. Com a abertura comercial, o setor produtivo se expandiu devido à desnacionalização da propriedade e o advento das privatizações.

Devido a essa nova mudança, resultou uma transformação do modelo de crescimento e na abertura da indústria brasileira à competição internacional, reascendendo a discussão sobre rumos do desenvolvimento da indústria brasileira.

Este trabalho analisa o processo de industrialização brasileira e sua influência para o crescimento do Brasil. Ressalta a importância de uma política de desenvolvimento que priorize questões como tratamento tributário e a realização de investimentos públicos e privados.

É feito um diagnóstico no qual relaciona os principais empecilhos para o crescimento do País, isto se refere, à necessidade de modernização do País através de reformas constitucionais.

Demonstra a necessidade de adoção de políticas que, em vez de dificultar o crescimento da indústria contribuam para o seu fortalecimento e expansão. Apresenta necessidades básicas para sanar o baixo dinamismo de crescimento; coloca a competitividade como fator prioritário da política industrial.

A principal função da proposta de competitividade é o de adaptar instituições e instrumentos de políticas que afetam negativamente o potencial das indústrias brasileiras.

Esta pesquisa é relevante porque demonstra o papel da indústria para o desenvolvimento do Brasil. À medida que ela é responsável pela produção e difusão do avanço tecnológico com impacto nos diferentes setores da economia, e contribui significativamente na geração de empregos.

É de importância extrema romper com o ciclo de baixo crescimento. Crescer é essencial para enfrentar as dificuldades econômicas e sociais que afetam nosso País.

A principal razão para o reduzido crescimento dos últimos anos está, sem dúvida, na fragilidade macroeconômica do País, em especial sua alta sensibilidade às condições financeiras da economia mundial.

As possibilidades futuras da indústria brasileira são dependentes de alguns fatores-chaves. O primeiro, refere-se a visão estratégica de longo prazo, segundo, necessidade de pensar o desenvolvimento industrial a partir de visão focada no âmbito local, estabelecendo processos inovativos fundamentais para a competitividade internacional.

Um outro ponto é reestruturar a questão do investimento e financiamento, aspectos fundamentais para incorporação de novas indústrias.

A apresentação da Nova Política Industrial Brasileira (PITCE), surge com a proposta de transformar a estrutura industrial brasileira. O objetivo é o crescimento econômico, com base numa indústria moderna, diversificada e competitiva, ou seja, que priorize a geração de produtos com maior valor agregado, com maior conteúdo tecnológico e baseado em padrões internacionais de qualidade.

CAPITULO 01

Metodologia

A respeito do tema: “A indústria e o crescimento brasileiro a partir de 1990”, será feita uma abordagem sobre a abertura comercial brasileira, importância da industrialização e principais setores que se destacaram.

Será demonstrado o comportamento da indústria brasileira, fatores-chaves para o desenvolvimento, crescimento industrial e transformações macroeconômicas que devem ocorrer para um crescimento eficiente do País.

Será feito um estudo específico dos fundamentos econômicos do crescimento brasileiro, a ligação com o PIB e a necessidade de transformação da política econômica, apontando desafios e propostas.

Será expostas tabelas para analisar o crescimento brasileiro e o desenvolvimento industrial a partir do ano de 1990 a 2004.

Será descritos os principais aspectos da Nova Política Industrial Brasileira (PITCE), e suas vantagens para a indústria. Foi elaborado um conjunto de medidas que visam o estímulo e o desenvolvimento do setor industrial.

Juntamente com a PITCE, surgiu a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a qual promove a execução de políticas de aprimoramento industrial, especialmente as que contribuam para geração de empregos, em conjunto com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia.

O acervo bibliográfico desse trabalho encontra-se em livros, sites oficiais, artigos, revistas e manuais, utilizados como instrumento de pesquisa para o tema proposto.

CAPITULO 02

Problema

Análise da indústria brasileira e seus principais efeitos no crescimento do País. Propor maneiras de crescimento para o Brasil de acordo com o potencial industrial.

Procura-se discutir o papel da indústria brasileira e o que ela proporciona para o País, destaca os principais pontos de interesse para um desenvolvimento competitivo. A transformação do setor econômico e industrial é exposta como alternativa para diminuir as disparidades em relação ao potencial de crescimento brasileiro.

CAPITULO 03

Referencial Teórico

Para descrever os primeiros processos de industrialização no Brasil foi utilizado o livro, *Formação Econômica do Brasil*, do autor Celso Furtado.

O autor descreve que o processo de industrialização ocorreu no Brasil em quase todas as regiões. No entanto, foi no estado de São Paulo que a maioria das indústrias se estabeleceram, devido a infra-estrutura e melhor acesso. Essa etapa ocorreu logo após a Primeira Guerra Mundial.

Posteriormente, é feito um breve histórico sobre a industrialização brasileira, delimitando o papel do Estado para o crescimento desse processo. Logo após ser apresentado as características dos períodos, será enfatizada a relevância da década de 90 para a indústria.

A dinâmica industrial de 1990 é apresentada de forma sistematizada, descrevendo os setores produtivos com maior competitividade, e expõe a abertura comercial como principal fator de crescimento. Neste sentido, o trabalho de Ricardo Carneiro identifica os principais focos para o desenvolvimento da indústria.

Dentro do processo de desenvolvimento da indústria é abordado o aprimoramento de técnicas, as quais referem-se a tecnologia e inovação, infra-estrutura, produtividade, competitividade, isenção de taxas, entre outras.

O estudo sobre tecnologia industrial é realizado com bastante eficiência por Roberto Xavier de Oliveira, no livro *A Inovação na Indústria*, declara bases para superar a defasagem de inovação dentro deste setor.

Para relatar sobre as formas de transformação dentro da indústria, na produtividade, emprego, tributação, incentivos e investimentos, foi citado Murray Bryce, em *Políticas e Métodos de Desenvolvimento Industrial*.

Para propor bases de crescimento na indústria Anita Kon, em sua obra, *Economia Industrial*, relata que juntamente com os demais agentes a indústria é responsável pela produção, competitividade internacional, geração de renda e pelos dispêndios da economia nacional.

Em contraposição, Michael Porter, em seu livro, *A vantagem competitiva das nações*, propõe que a competitividade deve estar centrada primeiramente a nível

nacional. Um padrão de vida em elevação depende da capacidade das indústrias do país de atingir altos níveis de produtividade interna.

Para uma solução eficiente do setor industrial, a CNI elaborou um manual que sugere medidas e reformas por parte de instituições e governo. Com base no manual pesquisado (A indústria e o Brasil: Uma agenda para o crescimento), enfatiza que a capacidade de crescer deve estar ancorada em bases sólida, sustentável e contínua.

Prescreve que é preciso sustentar as lições do passado e adotar ações sistemáticas dirigidas ao crescimento. O padrão de crescimento que se espera depende fundamentalmente da economia brasileira, da educação e do conhecimento.

Contudo, Luciano Coutinho e João Roberto Ferraz, no livro, Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, descrevem que o crescimento acontece se houver competitividade. Os autores analisam no livro, um diagnóstico do setor industrial brasileiro sob a ótica da competitividade, em um contexto de abertura de mercado e de desafios à retomada de crescimento econômico e social.

Identifica tendências internacionais, os determinantes das condições competitivas esperadas e as estratégias possíveis para acompanhamento da competitividade da indústria brasileira.

Apresenta propostas para o governo e recomendações as indústria e empresa, aos trabalhadores e a sociedade.

Por fim, para transformar a indústria, aperfeiçoar sua infra-estrutura e construir novas bases para o crescimento do Brasil, foi estudada a Nova Política industrial brasileira. Com referência a este último tema foi utilizado o site do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comercio Exterior (MDIC).

CAPÍTULO 04

A indústria brasileira: histórico e características.

4.1 Origem do desenvolvimento industrial brasileiro

A origem do processo de industrialização no Brasil ocorreu na década de 1880, aconteceu em quase todas as regiões, mas foi no Nordeste e no Rio de Janeiro que se instalaram as primeiras manufaturas têxteis modernas.

Entretanto, esse processo foi interrompido devido à falta de excedentes que permitisse a formação de um mercado interno por um lado, de outro, o não surgimento de uma infra-estrutura econômica que viabilizasse a indústria. Então o processo de industrialização tendeu a estabelecer-se em São Paulo.

O capital industrial teve êxito nesse período devido ao ciclo de expansão das exportações de café, os quais serviram de base primária para acumulação de moeda.

O complexo cafeeiro produziu um acúmulo de recursos devido à exportação, que permitia a constituição de uma infra-estrutura de energia e transportes essencial para industrialização, o estabelecimento de um sistema bancário, e o surgimento de um mercado interno para a indústria.

A etapa decisiva para concentração das indústrias ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, época que se observou à primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial, houve grande diversificação na produção industrial.

Foi nesse período que estabeleceram grandes fábricas de tecidos e que outras indústrias começaram a se desenvolver, como fábricas de sacaria de juta para ensacar o produto para exportação, moinhos de trigo, cervejarias, alguns ramos da indústria metal-mecânicas (produtos de pregos e parafusos, canos de chumbo, peças e acessórios para vagões ferroviários e bondes).

Outros fatores que explicam a origem do desenvolvimento industrial brasileiro estão relacionados a quatro interpretações: 1- “a teoria dos choques adversos, 2- a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações, 3- a interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (capitalismo

tardio), 4- ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo”¹.

- **A teoria dos choques adversos:** pressupõe que a industrialização começou devido às dificuldades relativas às importações, devido ao choque da Primeira Guerra Mundial, da Grande Depressão da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial. O padrão de crescimento do país era voltado para o setor externo, com os fatos acima a base do crescimento mudou para dentro do país.

O ano de 1930 é caracterizado pela industrialização substitutiva de importações, o crescimento da produção industrial dependia do crescimento do mercado interno, que dependia do setor exportador. Assim notou-se que, o crescimento industrial contribuiu para elevação da renda interna, ampliando o mercado interno.

- **A ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações:** tinha um enfoque baseado na relação entre expansão do setor exportador (principalmente de café) e a industrialização; de acordo com essa visão o crescimento industrial ocorria de acordo com a expansão das exportações e era interrompido pelas crises no setor exportador, como as guerras e a Grande Depressão da década de 1930.

Nota-se que o café foi à base do desenvolvimento industrial, isto devido algumas razões: primeiramente porque promoveu a ascensão da economia e o crescimento da renda interna, criou um mercado para produtos manufaturados, promoveu o desenvolvimento de estradas de ferro e o investimento em infraestrutura e por fim ao promover a imigração aumentou a oferta de mão de obra.

- **A ótica do capitalismo tardio,** essa interpretação expõe que o desenvolvimento do Brasil é essencialmente capitalista, determinado por fatores internos e externos. O qual observa o desenvolvimento industrial como parte do processo de acumulação de capitais no setor cafeeiro, e os cafeicultores e os importadores-imigrantes como agentes sociais desse processo.

O capital industrial dependia do capital cafeeiro devido aos seguintes aspectos: necessitava importar máquinas e equipamentos industriais, bens de salário para reposição da força de trabalho, e para criar um mercado para produtos

¹ SUZIGAN, Wilson. “Origem do desenvolvimento industrial brasileiro”.In: **Indústria Brasileira Origem e Desenvolvimento**. Brasiliense, 1986, p.22.

industrializados. Para realização desses componentes o capital cafeeiro dependia da demanda externa de café.

Este crescimento industrial é caracterizado como atrasado e específico, porque é subordinado à acumulação internacional de capital e não autônomo. Só a partir da década de 1950 que a acumulação de capital industrial tornou-se predominante interna, devido ao estabelecimento das indústrias pesadas.

- **A ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo:** atribui grande importância a políticas intencionais do governo para a promoção da industrialização, o Estado incentivou a proteção tarifária e concedeu incentivos e subsídios a indústrias específicas, dentro desses incentivos o governo fornecia empréstimos, garantia de juros sobre o capital investido, isenção de direitos sobre importação de matérias primas, máquinas e equipamentos, redução de fretes nas ferrovias e linhas de navegação de propriedade do governo.

O Estado sentiu necessidade de proteger a produção interna porque começou a perceber que era dependente da importação de armas e materiais básicos, tais como aço, cimento e soda cáustica, as autoridades brasileiras resolveram tornar o país mais auto suficiente nessas áreas.

4.2 Histórico da industrialização brasileira

Ao observar as análises feitas sobre o processo de industrialização no Brasil nota-se que o mesmo ocorreu de maneira atrasada. Somente ganhou importância expressiva no cenário internacional a partir da década de 1950.

Foi impulsionado por meio da política de substituição de importação, o Estado permitiu a atração de capitais estrangeiros possibilitando a entrada de tecnologia, infra-estrutura e a criação de diversos setores industriais.

Nesta época, prevaleceu a teoria da industrialização promovida por políticas do governo. Houve uma forte intervenção do Estado referente à definição, articulação e financiamento de investimentos, era necessária a criação de um ambiente capaz de integrar a produção de insumos para industrialização pesada.

Criou-se uma relação entre Estado, empresas pública, capital privado nacional e o capital estrangeiro, e a busca de criar uma indústria diversificada. Neste sentido observou-se uma vontade de desenvolvimento, o investimento público foi à base para o setor privado, em particular para investimento estrangeiro.

As indústrias nacionais e multinacionais eram protegidas no mercado interno, o Estado também fornecia insumos básicos, infra-estrutura e economias externas a baixo custo, as multinacionais aproveitaram estas vantagens para se expandir nos mercados internos e externos.

Em 1980, a indústria brasileira conseguiu integração diversificada entre os setores (químicos, construção e metal-mecânica) e a produção. Uma pesquisa realizada pelo Censo Industrial da Confederação Nacional da Indústria nesse período demonstrou que os complexos químicos e metalúrgicos (inclusive bens de capital, bens de consumo durável e o setor automobilístico), que representavam 47,5% da produção industrial total em 1970 foram em 1980 responsáveis por 58,8% do produto total da indústria.²

No entanto, não se alcançou o êxito proposto, as condições internacionais não estavam favoráveis para competitividade, isto devido à ampliação de déficit em conta corrente com o exterior, e a utilização pelo governo brasileiro de diversas formas de financiamento externo e também pelo aumento dos preços do petróleo. O Brasil continuou atravessando um período de estagnação relativa.

O país encontrava-se essencialmente agrário, ao invés de um país industrial moderno, ele não tinha acompanhado as mudanças necessárias tais como: maior concorrência internacional, aceleração das mudanças tecnológicas, transformações na dinâmica do setor industrial e maior adequação dos recursos.

A questão de aplicação dos recursos pode ser entendida como um dos fatores que não impulsionou o Brasil ao desenvolvimento esperado, pois apesar dos problemas existentes no cenário internacional nas décadas de 1970 e 1980, foram muitos os investimentos recebidos pelo Brasil.

A degradação do mercado interno brasileiro nos anos 80 e no primeiro triênio dos anos 90 sinalizou numa direção diametralmente oposta ao que ocorria nas sociedades desenvolvidas: ao invés de seletividade e de exigência crescente de qualidade por parte dos consumidores, o mercado interno pauperizado absorveu tolerantemente bens e serviços de baixo preço e de baixa qualidade, sacrificando os demais atributos.

² JOSÉ, Eduardo. "Que Futuro para indústria brasileira".In: **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2002, p.3.

Existem evidências de que produtos de qualidade inferior e durabilidade limitada foram desenvolvidos e introduzidos para atender a segmentos de demanda da população empobrecida. Houve segmentos da indústria que sobreviveu com produtos barateados a qualquer custo, inclusive com recurso crescente a prática de mercado predatório e sonegação fiscal.

Estudos setoriais do *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB)*, constataram diversos exemplos de que a pauperização da base do mercado interno viabilizou o florescimento de produtos industriais deliberadamente degradados (por exemplo, autopeças do mercado paralelo, materiais de construção abaixo das especificações mínimas de qualidade, bens duráveis – eletrônicos – simplificados com materiais de baixa durabilidade).

Na década de 90, o problema da inflação resultou numa política de abertura e uso das importações como instrumento de política de combate à inflação, a antecipada liberalização das importações ocasionou o agravamento da crise econômica.

Com a adoção do Plano Real, as funções das políticas de longo prazo mudam. A política de estabilização, desregulação e privatizações começam a ser vistas como condições adequadas para o desenvolvimento econômico e industrial.

A condução da política de importações passou a se subordinar aos objetivos da estabilização de preços e proteção (moderada) dos setores mais afetados pela abertura comercial recente.

Os resultados da abertura econômica não foram muito significativos, não existiu o acompanhamento de políticas que permitissem criar condições de reestruturação e de aumento de competitividade entre setores e empresas, estas foram acabadas e substituídas por importações crescentes.

A modernização da indústria brasileira poderia ter sido mais efetiva, se as empresas de capital privado nacional não estivessem limitadas em seu potencial de investimento, pelo diferencial de acesso a mercado de capitais, financiamento, e pelos juros elevados praticados pelo país.

As altas taxas de juros e de câmbio, criadas para estabilizar o país levaram ao aumento das importações e ao decréscimo das exportações. A produção doméstica foi gradativamente eliminada, ocasionando a regressão da indústria local.

Portanto, em meados da década de 90, o ambiente de incerteza é caracterizado por mudanças na estrutura industrial e, particularmente patrimonial.

Estes aspectos decorrem das atitudes empresariais com relação a quem comandaria os processos de investimento, notou-se uma instabilidade econômica, tendo como resultado transferências de ativos controlados por capitais estrangeiros.

O sucesso da política fiscal, permitindo a expansão do crédito, a redução da taxa de juros, o câmbio flutuante funcionado como uma barreira para inibir o excesso de importações e estimulando as exportações, e o cenário externo positivo fortalece a perspectiva de continuidade da recente expansão da demanda interna das exportações e da recuperação da atividade industrial.

Além disso, algumas indústrias começaram a perceber a necessidade de adaptarem-se as novas tendências que estavam surgindo, a produção e consumo estavam sendo modificados para acompanhar as mudanças internacionais (globalização, biotecnologia, qualidade do produto, robótica, produção de produtos a baixo custo, restrições para minimizar os impactos ambientais e garantir o desenvolvimento sustentável).

A conjuntura do período de 2004 é liderada pelo setor industrial. A indústria manufatureira e de construção mostrou forte reação, esse é um aspecto muito importante para a geração de empregos, que por muitos anos ficou estagnado.

A reativação da demanda doméstica é o maior destaque de 2004, a demanda de consumo e investimento é um fato que marca a virada na dinâmica da economia, a reativação da demanda de consumo se explica pela recuperação dos salários reais, devido ao recuo na inflação, mas um acontecimento central foi o reaquecimento do mercado de trabalho.

A expansão do consumo deveu-se também à melhoria das condições de crédito com aumento do volume e redução do custo. O investimento privado retomou vigor em resposta à reativação da economia e à recuperação da confiança dos agentes produtivos, além dos efeitos do abrandamento do rigor monetário em 2003.

O crescimento das exportações foi expressivo, devido às decisões das indústrias que passaram a se comprometer com o mercado internacional como meio de expansão. Esta característica irá dar suporte ao crescimento de longo prazo.

4.3 Características da indústria

Segundo Marshall, “a indústria constitui um conjunto de firmas que elaboram produtos idênticos ou semelhantes quanto à constituição física ou ainda baseada na mesma matéria-prima, de modo que podem ser tratadas analiticamente em conjunto”³.

Outro teórico clássico, Jean Baptiste Say, analisando a produção de riquezas, desenvolve o conceito de indústria, salientando os diferentes tipos de indústria e como elas concorrem para produção. Define três tipos de indústria: **indústria agrícola** - quando esta se limita a colher produtos da natureza; **indústria manufatureira** - quando ela separa, mistura e modela os produtos da natureza para adaptá-los a nossas necessidades; **indústria comercial ou comércio**, quando coloca à nossa disposição os objetos de que necessitamos e se, não fosse ela estaríamos fora de alcance.

Anteriormente, a análise da indústria não era enfocada como um ramo distinto da economia, apresentando-se como um tópico da Microeconomia, sob diferentes nomes, como Economia da Indústria, Indústria e comércio, Economia de Negócios e Organização Industrial entre outros, que revelavam uma falta de consenso sobre os objetivos e a metodologia específica sobre o assunto.

A Economia Industrial foi enfocada no início deste século pelas escolas institucionais e históricas, entendiam o comportamento econômico da indústria como uma estrutura institucional, dentro do seu contexto histórico e sob influência de forças econômicas que ocasionam mudanças na organização institucional existente.

Com a dinâmica existente dentro do setor industrial, percebeu-se que a indústria brasileira é componente essencial do desenvolvimento sustentado da economia. Diversificada, a indústria brasileira é uma das maiores e mais importantes dentre os países em desenvolvimento.

O panorama mundial está marcado por um novo dinamismo econômico, baseado na ampliação da demanda por produtos e processos diferenciados, viabilizados pelo desenvolvimento intensivo e acelerado de novas tecnologias e

³ KON, Anita. “O Crescimento da firma em diferentes abordagens”. In: **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1994, p.16.

novas formas de organização. Essa nova estrutura realça a importância da inovação como um elemento chave para o crescimento da competitividade industrial e nacional.

O desenvolvimento de novos produtos e usos possibilita a disputa e a conquista de novos mercados, acentuando o lugar cada vez mais importante que ocupa a capacitação para inovação industrial.

4.4 Dinâmica Industrial Brasileira a partir da década de 90

Da perspectiva do setor produtivo, as dimensões do processo de liberalização com maior impacto foram a abertura comercial e a desnacionalização da propriedade da qual as privatizações representaram parcela significativa. Essas modificações constituem parte importante de um paradigma de crescimento alternativo ao desenvolvimento.

O novo modelo de crescimento era uma alternativa radical, definia a concorrência como motor primordial do processo. Propõe-se uma política de oferta, sintetizada na ampliação da concorrência, esse seria o mecanismo central de estímulo à incorporação de novas tecnologias, sustentando o ciclo virtuoso de aumento de produtividade e salários reais.

Utilizariam a abertura comercial, não necessariamente associada à valorização cambial, e a privatização; a valorização cambial, pela redução geral de tarifas e da supressão da proteção tarifária permitiria a entrada de novos produtos no mercado antes protegido, ampliando a concorrência; a privatização acarretaria uma gestão mais eficiente de vários segmentos produtivos via mudança de propriedade, além da eliminação de vários monopólios estatais.

De acordo com Miranda (2000), “supunha-se que a concorrência induziria uma rápida transformação da estrutura produtiva herdada da substituição de importação, implicando modernização das plantas em razão do barateamento dos bens de capital, mudança do mix de produtos, tudo isso na direção de uma alocação de recursos mais afinada com as vantagens comparativas da nossa economia”.

Há algumas questões implícitas a esse novo modelo que convém explicitar. A abertura seria uma via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo em que levaria uma maior concorrência nos mercados locais, também permitiria o acesso

mais fácil aos mercados externos, isto é, o aumento de produtividade permitiria abrir novos mercados via aumento de competitividade.

A atividade industrial instalada visaria ao mercado global e participaria nas cadeias de valor agregado de acordo com as vantagens comparativas que definiriam um padrão de especialização intra-setorial.

Em relação a esse novo paradigma de crescimento, há algumas ressalvas iniciais a serem postas com base na nossa experiência contemporânea de desenvolvimento. Considerando o contexto histórico no qual se deu a industrialização brasileira como industrialização periférica, pode-se afirmar que a concorrência e a inovação tiveram um papel distinto na medida em que não houve, aqui, um centro autônomo de inovação tecnológica.

É possível afirmar que enquanto o paradigma tecnológico se manteve relativamente estável e se pôde gozar do benefício da sua disseminação, a estratégia de internalizar novos setores produtivos e diversificar a economia revelou-se basicamente correta, dotando nossa economia de dinamismo ímpar.

Num período de aproximadamente cinco anos, entre 1990 e 1995, a proteção à indústria foi drasticamente reduzida, com a tarifa alfandegária média caindo a um terço da que havia prevalecido na década anterior.

Durante a maior parte da década de 1990, assistiu-se a uma valorização sistemática das taxas de câmbio real e efetiva. A taxa em relação ao dólar apreciou-se rapidamente em 1994 e a partir daí manteve o mesmo patamar até a desvalorização e posterior flutuação em 1999.

O movimento de apreciação foi mais acentuado perante as outras moedas relevantes (taxa efetiva), porque as moedas da Europa e Japão se desvalorizaram diante do dólar. As outras moedas relevantes na Ásia mantiveram-se atreladas ao dólar e, portanto, se desvalorizaram perante o real na mesma proporção dessa moeda.

Informações analisadas por Bielschowsky (1999) para o período 1994-1997 servem como ilustração para o comportamento do investimento industrial na década. Desde logo, mostram que o investimento esteve concentrado em alguns ramos industriais, ou seja, o dinamismo entre ramos foi bastante diferenciado, o que exprime também a desarticulação ou baixa capacidade de encadeamento entre os setores (Tabela 01).

Os segmentos industriais, nos quais os investimentos se expandiram acima da média histórica, foram beneficiados pelo excepcional aumento da demanda doméstica após estabilização ou, em menor escala, pela constituição de uma base exportadora, naqueles cujo investimento declinou a períodos anteriores.

O peso da concorrência das importações foi excessivo e a expansão para o mercado externo foi obstaculizada pela apreciação cambial ou, ainda, as novas escalas de produção e controle da tecnologia impediram a internalização do setor.

TABELA 01: Vantagem Comparativa dos Setores Industriais

SETORES	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Agropecuária	4,0	17,0	11,0	11,0	9,0	12,0	11,0	12,0	17,0
Indústria Geral	4,2	16,8	11,1	10,6	9,3	12,0	10,7	12,5	16,9
Indústria Extrativa	5,9	3,9	2,1	1,1	3,7	3,2	4,1	7,4	10,6
Indústria de Transformação	1,7	12,9	13,2	9,5	5,6	8,8	6,6	5,1	6,3
Alimentos e Bebidas	30,1	26,4	20,7	23,6	19,6	26,5	24,8	29,5	31,2
Fumo	2,5	2,7	2,5	0,7	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Têxtil	1,3	0,1	0,1	0,3	0,2	0,6	0,4	0,8	0,3
Vestuário	0,1	0,4	0,3	0,0	0,4	0,3	0,2	0,3	0,2
Couro e Calçados	8,5	7,9	6,2	6,2	7,0	7,1	6,5	6,6	6,6
Madeira	4,2	4,3	3,4	4,7	4,6	4,4	4,8	5,4	5,8
Papel e Celulose	4,4	4,3	3,6	4,8	5,1	4,2	3,6	5,3	4,3
Petróleo e Álcool	7,6	7,2	4,6	5,2	8,7	4,3	3,1	2,6	2,4
Química	18,5	18,2	17,6	20,9	20,2	22,5	24,2	30,6	30,6
Borracha e plástico	1,3	1,4	1,4	1,0	1,3	1,4	1,9	2,3	2,4
Produtos de Minerais não Metálicos	1,1	1,1	1,1	1,4	1,4	1,1	1,3	1,3	1,3
Metalurgia	22,9	18,1	13,2	13,4	14,0	9,8	11,8	14,0	14,4
Produtos de Metal	1,3	0,8	0,9	0,7	0,5	0,9	1,4	1,4	1,7
Máquinas e Equipamentos	12,3	16,7	13,0	12,4	9,0	11,8	11,6	10,8	10,1
Materiais Elétricos	3,5	4,7	4,9	5,3	4,2	6,7	8,1	7,3	7,8
Material eletrônico e de Comunicações	15,0	16,2	12,2	13,2	14,9	13,2	7,3	11,1	12,6
Veículos Automotores	1,1	0,6	0,9	1,6	3,4	2,4	4,1	6,9	5,9
Aviação/ Ferrovias/ Embarcações/ Motos	0,1	0,8	0,2	0,6	5,8	5,3	3,2	0,6	2,0
Móveis	0,3	0,2	0,4	0,9	1,3	1,3	1,2	1,5	1,5

FONTE: Revista BNDES. "Vantagem Comparativa". In: **Vantagem Comparativa segundo Setores da Economia**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004, p.3.

O setor de material de transporte foi o que mais ampliou a participação na taxa de investimentos. Há pelo menos três grandes segmentos com dinamismo diferenciado. Em primeiro lugar, a montagem de aviões, concentrada em jatos de alcance regional, atividade na qual a Embraer consolidou a participação no mercado global.

Na automobilística (veículos leves), a abertura permitiu atrair para o país outros produtores do oligopólio global, ampliando internamente a concorrência e o investimento. No entanto, o segmento automobilístico foi um dos poucos que conseguiram um aumento da proteção tarifária via instituição do regime automotivo.

Esse aumento de proteção teve vigência apenas para as montadoras, mas não para a produção de partes e peças, protegendo o mercado do produto final.

No segmento de veículos pesados – ônibus, caminhões, tratores, houve de acordo com o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (1998), uma estagnação da produção doméstica e das exportações associada tanto ao pequeno crescimento do mercado doméstico quanto ao das economias regionais para as quais se dirigem nossas exportações.

Assim, há evidências de que o aumento do investimento do setor automotivo tenha se concentrado na indústria automobilística e, mais precisamente, nas montadoras, possuindo, pela sua menor amplitude, menor poder irradiador.

No setor de material elétrico e eletrônico, que abriga diversos segmentos produtivos, as razões para o aumento do investimento estiveram circunscritas à ampliação de capacidade no segmento de bens de consumo associada ao crescimento do mercado interno. O destaque da expansão foi para o segmento de utilidades domésticas eletrônicas.

A abertura não afetou negativamente o subsetor de utilidades domésticas, dada a sua proteção pelos custos de transporte elétricos ou imperfeições de mercado, como marcas, clientelas e redes de assistência. Conforme salientado por Bielschowsky(1999), os coeficientes da abertura ampliaram-se, sobretudo pelo aumento da importação de partes e componentes.

A siderurgia/metalurgia recebeu um importante estímulo da demanda derivada por chapas de aço para produzir bens duráveis. Todavia, esses benefícios de ampliação do mercado interno foram em partes compensados pela redução do saldo comercial do setor.

A privatização iniciou um processo de mudança de propriedade e de busca de nichos de mercado que ainda está em curso, o que determinou um aumento da concorrência e de investimentos, independentemente das condições correntes de mercado.

O setor de alimentos manteve a sua participação no investimento da indústria, situando-se na fronteira dos setores dinâmicos. Essa indústria passou por grandes modificações nos anos 90. Foi o setor industrial no qual houve o maior número de fusões e aquisições.

O sentido geral dessa modificação foi a ampliação da atuação do oligopólio global no país por meio de maior presença de marcas mundiais. Os efeitos dessas mudanças sobre o investimento foram menores do que o esperado, por duas razões: a rápida estabilização do oligopólio e a perda de mercados potenciais.

Os ganhos de mercado decorrentes do aumento de consumo foram parcialmente anulados pelo aumento expressivo do coeficiente importado em determinados setores, especialmente aqueles não protegidos por imperfeições de mercado ou custos de transporte elevados.

Um exemplo significativo do impacto da estrutura de propriedade e de mercados sobre o investimento é o da farmacêutica. Apesar da grande ampliação da demanda interna após a estabilização e da manutenção dos coeficientes de comércio, o setor investe apenas moderadamente, porque é dominante por um oligopólio estável que reproduz os principais atores do oligopólio mundial.

Perante o rápido crescimento da demanda, houve duas respostas: aumento moderado do investimento e acréscimo de preços.

A química é um setor de grande peso na produção e investimento. Pode ser subdividida em três setores: o setor de química inorgânica, a petroquímica e a química fina.

O primeiro segmento é produtor de bens intermediários a partir da base de matéria-prima e constitui-se, em geral, como um setor bastante concentrado. Possui, no Brasil, um coeficiente importado significativo por ausência de uma base de matérias-primas adequada, sobretudo em fertilizantes.

Na petroquímica, houve importante mudança na estrutura da propriedade por meio do processo de privatização.

A produção de máquinas e equipamentos aumentou pouco por causa do baixo dinamismo do investimento em infra-estrutura.

No segmento de produtos para telecomunicação e informática, o grande aumento da abertura transformou a indústria nacional em simples montadora.

No caso dos minerais não-metálicos, do qual o cimento é o principal ramo produtor, houve pouca mudança na estrutura da propriedade sem conduzir, portanto, a alteração no elevado grau de oligopolização da produção. Adicionalmente, o mercado interno se expandiu pouco em face do pequeno dinamismo da construção civil.

Esse crescimento ainda foi minimizado em razão da concorrência das importações que, num setor bastante protegido por custos de transporte elevados, só se ampliou por causa da valorização da taxa de câmbio.

A indústria têxtil representa um exemplo extremo da situação exposta. Poucas modificações na estrutura da propriedade, vista pela ótica da entrada de novos produtores, mas modificações relevantes se consideradas as saídas.

A avalanche de importações provocou uma perda de mercados internos e externos, determinando o encolhimento do setor na maioria de seus segmentos. O setor só esboça alguma recuperação após o estabelecimento de cotas de importação após 1995.

No segmento produtor de papel e celulose, à desvalorização foi extremamente danosa, pois implicou uma redução substancial do saldo comercial e induziu níveis de investimento muito baixo.

Esse setor, no qual os mercados externos, apesar de complementares, representam uma parcela significativa da demanda, apresentou um desempenho medíocre durante a década.

É possível concluir que o padrão observado de investimento, quando tomado de forma agregada ou macro setorial, para os setores ou subsetores, ocorreu de uma maneira muito diferenciada.

Isto foi conseqüência do ritmo bastante diferenciado do crescimento dos mercados interno e externo, mas também, à perda de capacidade de retroalimentação dos gastos correntes e de investimentos por insuficiência dos efeitos de encadeamento.

CAPÍTULO 05

Desenvolvimento Industrial e aprimoramento de técnicas

5.1 Desenvolvimento Industrial Brasileiro

Um dos aspectos mais interessantes do desenvolvimento industrial brasileiro desde o final da etapa que se convencionou chamar de substituição de importações é a manutenção de uma estrutura industrial com pequenas alterações.

Desde 1980 e apesar da superposição de um clima macroeconômico desfavorável até o começo dos anos 90, da abertura comercial e dos desafios da estratégia de estabilização de 1994, a participação de diversos setores no produto industrial pouco se alterou. Isso ocorreu simultaneamente a uma expressiva redução da participação da indústria no PIB: cerca de 31% em 1980 para algo em torno de 23%.

No Brasil o clima adequado à industrialização modificou-se, devido às atitudes do governo brasileiro em relação às novas indústrias. A atitude do governo em relação ao desenvolvimento industrial privado e aos investimentos estrangeiros na indústria torna-se favorável no Brasil à medida que os problemas e limitações das indústrias estatais transparecem com maior clareza (1990).

A rápida expansão da indústria em todo o mundo, desde a última guerra, resultou em excesso de capacidade produtiva em diversos ramos de atividade, no entanto, existem muitas barreiras quanto ao desenvolvimento econômico industrial.

É importante perceber algumas características que poderão impedir o processo de desenvolvimento, como: limitação da produção, não aperfeiçoamento de técnicas e recursos humanos. Faz-se necessário correlacionar setores em expansão produtiva e com boa mão de obra, para servirem de intercâmbio nas regiões mais apropriadas ao desenvolvimento da indústria.

Outra barreira ao desenvolvimento industrial na maioria das nações atrasadas é a incerteza que prevalece na economia.

O desenvolvimento industrial no Brasil depende da existência de um mercado que absorva os bens que vierem a ser produzidos. Este processo ocorre à

medida que a modernização, a educação, a urbanização, e as diversas camadas da sociedade trabalhem em conjunto para criar uma demanda efetiva por produtos.

É difícil prever as perspectivas econômicas do Brasil, isto é o maior obstáculo à entrada de grandes volumes de capitais externos e conhecimentos industriais especializados, pois a maioria dos investidores está acostumada a operar em economias onde é possível prever o futuro econômico com grau de certeza maior.

O Brasil possui grandes recursos que poderiam ser desenvolvidos e transformados em importantes fontes de exportação, mas a exploração destes recursos é muitas vezes esquecida. Uma primeira explicação possível é que o viés herdado da fase de industrialização acelerada seria característico de todos os subsetores industriais, e não relativo a alguns (alimentos, têxteis, madeira, papel, produtos químicos, cerâmica, ferro, aço, maquinário não-elétrico).

A comparação de estruturas setoriais do Brasil ao longo do tempo é uma introdução ao tema da determinação de padrões de desenvolvimento industrial. A análise das mudanças requer modelos capazes de identificar estes padrões.

Utilizando-se as trajetórias relevantes, e dadas às características do Brasil, deve-se apresentar tendências de evolução setorial da indústria. Com isso, será possível melhorar os exercícios de previsão do desempenho industrial futuro, particularmente no que se refere à construção de cenários.

A idéia de estimação de padrões de desenvolvimento setorial pode servir como um instrumento de avaliação da estrutura industrial, permitindo reconhecer e explicar ambições setoriais, como de previsão e tendências de desenvolvimento.

Para indústria obter resultado no início do desenvolvimento é importante que o lucro obtido nos primeiros anos seja fixado internamente, para servir de seguro contra os períodos de adversidade e para promover os meios de crescimento, dando estrutura para contribuir com a economia.

A tendência de extrair capital, ao invés de dar possibilidades à indústria de retê-lo com o propósito do crescimento, é característica do governo brasileiro. Muitos deles reduzem a renda de uma fábrica pela taxa excessiva e prematura, cobrança de altas contas de eletricidade e por aumento de impostos.

O governo deve ajudar os empreendimentos nascentes a ganhar força nos seus primeiros anos, mesmo que para isso tenha que renunciar volumes de receita.

Deve agir de modo que a indústria possa sobreviver e crescer, assim ela poderá dar contribuição à economia nacional.

As ações do governo exigirão modificações de leis, atitudes e métodos. O desenvolvimento dependerá da criação de meio favorável à indústria.

O ponto de partida para estratégia de desenvolvimento industrial é identificar que vantagem especial o país oferece, e aproveitá-la ao máximo. As principais vantagens podem ser classificadas da seguinte maneira:

1. Mão-de-obra barata - existência de mão-de-obra produtiva, que possa ser treinada e alcançar alta produtividade; isto constitui a maior vantagem do país;

2. Capacidade empresarial e administrativa - uma importância vital do processo é a atitude do empresário, deve ser experiente em negócios e aceitar riscos, na esperança de ganhos;

3. Energia, Combustível e Mineral - os países subdesenvolvidos são ricos em recursos naturais inaproveitadas (petróleo, gás, mineral e potencial hidrelétrico). Qualquer um desses recursos poderá constituir ativo especial no que interessa ao desenvolvimento;

4. Matérias-primas - a maioria dos países subdesenvolvidos tem capacidade de produzir matérias-primas industriais de baixo custo. A disponibilidade de tais materiais constitui um grande ativo no caso das indústrias em desenvolvimento que requerem tais insumos;

A análise da atual e futura produção de matérias-primas do país constitui parte essencial das possibilidades de desenvolvimento industrial. Entre as oportunidades que podem ser descobertas é importante citar novos produtos baseados em uso mais lucrativo do material, assim como o melhoramento e transformação dos mesmos em produtos tradicionais.

5. Localização - a localização é relevante em relação a certos tipos de indústria. A localização da indústria pode ser influenciada pelas fontes de matérias-primas, rotas marítimas, taxas de transporte, mercados e fontes de suprimento mundiais;

6. Mercados desenvolvidos - o país que já possui grandes mercados dispõe de grande vantagem, que pode vir a constituir-se na base de grande fomento da indústria doméstica, com vistas a atender a uma procura estabelecida. Essa

vantagem é a chave do desenvolvimento de países dotados de grandes mercados, como a Índia e o Brasil;

7. Clima - as principais áreas onde o clima pode constituir-se em vantagem são aquelas que, em virtude de localização e outros fatores, se transformam em centros de atração turística;

8. Infra-estrutura - parte considerável da ênfase no financiamento de projetos está na criação de um ambiente favorável a energia, transporte e comunicações, considerados condições essenciais ao desenvolvimento;

9. Incentivos – o país que oferece incentivos industriais cria vantagens para o desenvolvimento, e torna o país atraente a certos tipos de indústria. (exemplos: financiamento, isenção de impostos, doação de terrenos, etc).

Podemos aferir que os países em desenvolvimento devem concentrar-se no desenvolvimento de indústrias que possuem maior vantagem de custos. Essa regra é básica no que diz respeito à produção, tanto para mercados locais quanto para exportação.

A descrição acima exige que a posição relativa do país no tocante ao produto seja calculada diante do resultado da combinação dos custos de produção e transporte. A ação do Governo é importante nesse aspecto.

Dentro do próprio país, o Governo poderá agir de muitas maneiras para alterar as parcelas que entram no cálculo dos custos relativos.

Do ponto de vista da economia nacional, certa indústria é desejável, se estiverem bem encaminhadas e se suas gestões poderão incrementar as oportunidades existentes, para isso o Governo deveria conceder isenção de impostos e outros incentivos que veremos mais adiante.

No caso de numerosos produtos, as despesas com a mão-de-obra constituem um dos elementos mais importantes no cálculo de custos. Salários combinados com produtividade trazem muitas nações vantagem na implantação de indústrias exportadoras.

O aspecto dessas indústrias constitui para alguns países, a única maneira de acelerar o processo de industrialização em base econômica. Elas podem ser o ponto de partida para o desenvolvimento de especialização, aproveitável mais tarde em indústrias que remunerem melhor seus operários.

A indústria representa a forma mais alta de atividade econômica, por isso é algo indispensável para aqueles que desejam progredir. No entanto, é dependente do avanço de outros setores produtivos, isto constitui limitação para o desenvolvimento.

O aprimoramento dos diversos setores de produção é altamente relevante, são aconselháveis uma melhor coordenação e integração do planejamento desses setores. O objetivo deve ser o crescimento equilibrado da indústria em relação ao fomento dos diferentes setores.

Podemos visualizar a relação entre o desenvolvimento dos vários setores da economia observando as fases por que passam numerosos países. Primeiramente, partem da fase da agricultura de subsistência, pouco participando do comércio internacional.

Em segundo o país começa a explorar indústrias destinadas a abastecer o mercado interno, todas elas limitadas devido ao baixo nível do poder aquisitivo.

Em terceiro, os mercados internos expandem-se em conseqüência da ampliação dos setores produtivos de matérias-primas e de atividades auxiliares, como a exploração do turismo, assim também como de resultados da primeira fase da industrialização.

Nessa fase, a variedade de produtos manufaturados para o mercado local usualmente se expande com o aparecimento gradual de maior número de consumidores. Por esta altura, a economia opera em níveis consideravelmente mais altos.

O setor industrial é mais econômico, uma vez que abastece mercados de maiores dimensões. Além disso, tendo alcançado já suficiente importância, tende a tornar-se quase autofinanciável devido à criação de mercados internos próprios em conseqüência do poder aquisitivo que forma.

Percebe-se assim, que a indústria não pode no início de suas atividades criar o seu próprio mercado. Inicialmente, os seus mercados dependerão do crescimento dos demais setores produtivos da economia.

Somente no momento em que a indústria constituir-se em grande gerador de poder aquisitivo, poderemos esperar que ela se mantenha firme, independente dos demais setores produtivos que a auxiliaram e financiaram quando ensaiava seus primeiros passos.

A indústria depende da existência de meios de utilidade pública que servem, por igual, não só a numerosos outros empreendimentos, mas também ao resto da comunidade. Em seu conjunto, esses meios são usualmente chamados de infra-estrutura.⁴

As indústrias que constroem a maior parte dos seus meios infra-estruturais são usualmente muito grandes ou estão localizadas em regiões distantes de cidades ou áreas desenvolvidas. A criação de meios infra-estruturais é tarefa do Governo, este deve criar condições ao fomento e desenvolvimento da indústria e dos demais setores produtivos da economia.

Existe ainda outra razão prática por que a infra-estrutura deve ser construída pelo Governo. É enorme o volume de investimentos necessários para dar ao país os meios de que necessita como ponto de partida para o desenvolvimento geral.

A política relativa ao desenvolvimento infra-estrutural é parte vital da estratégia geral do crescimento industrial e nacional. Por exemplo, os investimentos na construção de rodovias, ferrovias, represas, e obras do mesmo porte, poderão contribuir tanto para a indústria como para nação, pois contribuirá para expansão econômica.

A construção de grandes projetos de infra-estrutura atende ainda, às necessidades iniciais da economia em desenvolvimento: proporciona meios de mobilizar mão-de-obra ociosa ou semi-ociosa e colocá-la em uso produtivo.

A busca desse novo padrão de desenvolvimento, apoiado no grande potencial de expansão do mercado interno associado a uma crescente participação no comércio internacional, constitui a base do Plano Estratégico do Sistema BNDES.

O objetivo da integração econômica nacional deve estar na origem de uma nova política de desenvolvimento. Recuperar o dinamismo das regiões e áreas de menor vigor econômico e integrá-las ao espaço econômico brasileiro deve ser um dos aspectos prioritários.

Criar novas instituições e atualizar os mecanismos vigentes de promoção e incentivo à produção nas regiões com defasagem econômica é o maior desafio de uma nova política de desenvolvimento.

⁴ BRYCE, Murray. "Infra-Estrutura o Alicerce Industrial". In: **Políticas e Métodos de Desenvolvimento Industrial**. Rio de Janeiro: Forense, 1970,p.96.

Os novos instrumentos e instituições devem ter características de modernidade, serem voltados à eficiência e providos de agilidade para se adaptarem às condições dinâmicas do mundo contemporâneo.

A política de desenvolvimento deve priorizar questões relativas ao tratamento tributário, realização de investimentos públicos e privados necessários para prover infra-estrutura econômica, como transportes, energia, irrigação e comunicações.

Como também, disponibilidade de financiamento diferenciado, investimentos em educação, visando reduzir desníveis educacionais e promover melhoria da produtividade da mão-de-obra, e acesso à tecnologia. Estes temas devem constituir pilares principais para redução de disparidades.

É de extrema relevância promover a inserção competitiva das regiões menos desenvolvidas no mercado doméstico e internacional. Isto se faz com a ampliação e desenvolvimento dos mercados para produtos regionais, através do estímulo ao aproveitamento da base interna das áreas e regiões de menor vigor econômico.

Estas questões contribuirão não apenas para geração de renda e emprego local, mas para superação da fragilidade externa da economia brasileira.

5.2- Papel do Banco Mundial na Industrialização

O Banco Mundial tem se associado ao processo de industrialização; destina a maior parte dos seus empréstimos à construção de infra-estrutura, reconhece que grande parte do desenvolvimento de infra-estrutura deve ser tarefa do Governo.

Considera alguns pressupostos quanto à política industrial, expõe três componentes: política comercial, política de regulamentação industrial e política financeira e de crédito.⁵

Notando que a implementação de todas estas políticas de uma vez só pode ser difícil, há algum tempo o Banco tem estimulado os governos a adotarem políticas provisórias.

⁵ FARO, Passos. "O Banco Mundial e a industrialização nos países em desenvolvimento". In: **Política Industrial e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Planef, 1990. p.85.

A mais comum entre elas é incentiva à exportação, tais como sistemas de reintegração de tarifas, redução de impostos para exportadores, isenção temporária de taxas de importação para reexportações, etc.⁶

Em relação às altas barreiras para importação, o banco sugere aproximar os exportadores dos custos de produção mundial corrigindo estas distorções, que são resultados de políticas comerciais.

A política de regulamentação industrial pressupõe que a maioria dos governos interfere no funcionamento dos mercados, na tentativa de controlar recursos para as atividades de sua escolha.

O Banco defende a livre interação de mercados na estipulação de níveis de preço, produção e medidas para ampliar o papel do setor privado na produção e distribuição. O Banco tem sempre estimulado os governos a privar-se dos bens de produção e devolvê-los ao setor privado.⁷

Fora à política comercial, a intervenção do governo não é tão expressiva em nenhum outro setor como é nos mercados financeiros.

Programas de crédito dirigidos, taxas de juros subsidiadas, subvenções fiscais, controle do proprietário e segmentação das instituições financeiras são algumas das muitas armas do governo na intervenção nestes mercados.⁸

O Banco tem estimulado a adoção de políticas nas quais se caracterizam nos seguintes pontos:

- **Redução das taxas de juros subsidiadas e os créditos dirigidos;**
- **Retirada dos incentivos fiscais que inibem o desenvolvimento de mercados de capital privado;**
- **Fortalecimento da situação financeira do sistema bancário através da competição e aplicação limitada mais vigorosa, de supervisão regulamentadora e cautelosa e que reduzam a segmentação financeira das instituições em geral.**

⁶ Idem p.87

⁷ Op.cit. p.86

⁸ Ver FARO, Passos. **Política Industrial e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Planef, 1990, p.88.

Um aspecto essencial do padrão de desenvolvimento em geral consiste na contínua incorporação de elementos de modernidade que incluem⁹:

- 1) Competitividade crescente da economia pela melhoria da produtividade da estrutura industrial, fundada no avanço tecnológico em termos de processo e produtos;
- 2) Ampliação e modernização dos serviços de infra-estrutura;
- 3) Modernização do Estado e redefinição do seu papel, estabelecendo novo modelo de cooperação entre este e a iniciativa privada;
- 4) Superação de desequilíbrios sociais e regionais elevando-se o padrão de vida da população, tendo como condição básica o aumento da produtividade da economia;

5.3- Tecnologia e Inovação na indústria brasileira

“A tecnologia pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos de natureza diversa, aplicados à produção de bens e serviços. Este conjunto envolve tanto aspectos materiais representados pela “maquinaria”, quanto habilidades para produzi-la e acioná-la; bem como as atividades administrativas decorrentes” BARBIERI (1990 p.153).

Sua conquista é função de procedimentos e linguagem que excluem a conduta e os processos indecisos. O conhecimento, a racionalidade e a percepção estão presentes em todos os estágios do desenvolvimento tecnológico, que alcança a identidade tecnológica, depois de passar pela aprovação da sociedade.¹⁰

A tecnologia quando conquistada, passa a ser objeto do interesse econômico, social e político. O desenvolvimento tecnológico é considerado um dos principais fatores do crescimento industrial.

A capacidade que a indústria possui de utilizar-se de determinada tecnologia para produzir seus produtos e serviços, está relacionada com o tipo e as

⁹ Ibidem, p.123.

características do segmento de mercados em que atua; bem como, com o comportamento do consumidor final.

No entanto, também o avanço tecnológico realizado através de inovações introduzidas nos processos produtivos ou na qualidade dos produtos finais ofertados ao mercado, pode afetar o comportamento do consumidor e ainda gerar novas necessidades.

A capacidade industrial para investimentos em novas tecnologias no Brasil, é prejudicada pela escassez de recursos financeiros disponíveis para investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento de novas tecnologias, o que sem dúvida afeta a competitividade do País.

Cabe ao Estado fixar estratégias por meio da identificação de áreas críticas, reduzir riscos e promover as trajetórias das inovações através da indução de decisões de investimento, financiamento e do uso do poder de compra das indústrias.

O Brasil deveria seguir exemplos de sucesso em países avançados e tentar adaptá-los de acordo com a situação local. O objetivo da política governamental para Ciência e Tecnologia nos países avançados consiste em:

Identificar oportunidades tecnológicas futuras, aumento da velocidade de informação no sistema, difundir as novas tecnologias, aumentar a ligação das diferentes partes que integram o sistema de Ciência e Tecnologia, para ampliar e acelerar o processo de aprendizado.

A habilidade de formular projetos de pesquisa, selecionar, avaliar, negociar e adotar uma nova tecnologia requer capacitação técnica dentro da indústria. Neste sentido é importante o papel de fatores sistêmicos, favorecendo o aperfeiçoamento e capacidade de acumulação tecnológica das indústrias brasileiras.

Caracterizam-se como parte desses fatores: forte sistema de educação superior, um ativo sistema acadêmico e de pesquisa industrial, uma força de trabalho tecnicamente bem treinada e um forte mercado interno. Adicionalmente, o papel do governo na promoção do processo de aprendizado.

¹⁰ OLIVEIRA, Xavier. "Introdução à tecnologia". In: **A inovação na indústria**. São Paulo: Editora: Cone, 1987. p.29.

Seis macrodiretrizes destacam-se como pontos fundamentais para a superação da fragilidade tecnológica e a ausência de cooperação no sistema de inovação brasileiro:

1) Desenhar uma estratégia nacional de desenvolvimento científico e tecnológico efetivamente articulada às estratégias de desenvolvimento industrial, das atividades relacionadas ao setor de serviços e outras correlatas (educação, telecomunicações, energia, transporte, etc).

2) Estimular o setor privado (produtivo e financeiro) a reforçar suas atividades relacionadas à educação, ciência e tecnologia, incentivando as instituições privadas a incluir tais atividades dentro de uma dimensão significativa e permanente de suas estratégias; estimulando e atraindo investimentos privados para estas atividades;

3) Aumentar a conectividade entre os diversos agentes do sistema de Ciência e Tecnologia e induzir a cooperação como forma de expandir e acelerar o processo de aprendizado conjunto. Tal cooperação deverá envolver os diversos tipos de empresas, buscando principalmente explorar as interfaces existentes nas cadeias de fornecedores (insumos, bens de capital e demais intermediários).

4) Estabelecer políticas de fomento à capacitação científica e tecnológica em áreas associadas às tecnologias genéricas de natureza estratégica (como a tecnologia da informação e a biotecnologia)

5) Promover uma rearticulação em novas bases da infra-estrutura tecnológica estatal e privada de forma diretamente coordenada com iniciativa empresarial.

6) Implantar um sistema para identificação de oportunidades tecnológicas nos diversos setores da indústria.

A capacidade de um país gerar inovações resulta do desenvolvimento de um sistema nacional de inovação, que inclui produtores de conhecimento como: universidades, centros de pesquisa e agentes econômicos públicos e privados.

O grau de capacidade de um país de adquirir novas tecnologias e de produzi-las, depende do nível de educação de seus trabalhadores, o que requer ações expressivas nas áreas de educação básica e especializada.

O gasto com inovação no Brasil é considerado extremamente baixo, se comparado com os países desenvolvidos, é concentrado no setor público. Além disso, os esforços do setor industrial para se desenvolver tecnologicamente são realizados na maioria dos casos individualmente.

O estabelecimento de parcerias, de modo a potencializar os ganhos na estratégia de inovação, continua distante para a maior parte do setor industrial. É necessário o incremento a formação de redes de parcerias.

A cooperação traz muitos benefícios para as iniciativas voltadas à inovação, dentre eles aumento das economias de escala e de escopo, divisão de custos e riscos, habilidade para lidar com complexidade, aprendizagem, eficiência e velocidade.

Estimular a inovação através da política de compra do Estado deve ser considerado como prioridade, este instrumento é amplamente utilizado por diversos países para promover o desenvolvimento tecnológico do setor industrial.

Envolve condições preferenciais para a concentração de produtos de base tecnológica e a gestão de projetos especiais dirigidos ao desenvolvimento de novos produtos.

Contudo, para propiciar o desenvolvimento industrial de uma região cabe considerar o fato, da atração de novas indústrias com grande tecnologia em seus processos produtivos que para implantação em uma localidade deverão encontrar abundância dos fatores de produção.

5.4 – Financiamento para indústria brasileira

Os custos representam grande parte do orçamento de quase todas as indústrias. São escassos os capitais e se cobram altas taxas de juros; o subsídio destinado a reduzir as taxas constitui um dos modos mais úteis de o Governo dar substancial incentivo ao desenvolvimento.

A implantação de novas unidades industriais, geralmente implica em elevadas despesas e geralmente necessitam de financiamento de longo prazo para sua efetivação, a fim de possibilitar tempo suficiente para que seja possível obter um retorno satisfatório sobre o investimento em seus ativos (bens e direitos).

Estes investimentos possibilitam a geração de empregos e renda, necessários para satisfazer as necessidades sociais de uma região.

Na formulação da política de incentivos, deve-se levar em consideração o período inicial de industrialização. Os subsídios são mais necessários quando a economia depende do campo industrial, quando são dispendiosas as despesas com treinamento, quando não há mercados de capitais, quando não existem serviços de apoio, e quando a força trabalhista pouco entende de trabalho em fábrica.

É justamente durante esse período que se deve oferecer o mais forte induzimento para que o país consiga os capitais e o know-how de que tanto necessita. O subsídio é considerado como principal mecanismo para atrair o investidor há vários motivos para concedê-lo, um deles é que com a introdução de uma indústria há o desenvolvimento do mercado.

O financiamento às indústrias no Brasil é inadequado e insuficiente. Em primeiro lugar, o empréstimo bancário ainda é muito cara para os padrões internacionais, o Brasil é um dos países de maiores taxas de juros reais nos empréstimos às indústrias.

Em segundo lugar, o mercado de capitais é pouco desenvolvido, restringindo igualmente a possibilidade de financiamento direto junto aos investidores, sem a intermediação dos bancos comerciais.

Como resultado desta combinação de fatores, o crescimento brasileiro das indústrias brasileiras fica limitado por sua capacidade de autofinanciamento, implica que a maioria das indústrias no Brasil sofre um constrangimento financeiro ao crescimento.

A redução significativa da taxa básica de juros é crucial para que o financiamento possa ser obtido em condições competitivas. A política econômica deve permitir que esta redução seja feita de forma sustentável e em curto prazo.

Isto implica compromisso com a austeridade fiscal, o aperfeiçoamento do regime de metas de inflação e a preservação do regime de câmbio flutuante.¹¹

A insuficiência da oferta de créditos de longo prazo é um obstáculo ao crescimento das fábricas, cujos investimentos seguem muito dependentes da capacidade de geração de recursos próprios. A superação do problema depende de ações junto aos setores públicos e privado, de modo a aumentar a oferta e facilitar o acesso aos recursos disponíveis.

¹¹ CNI. "Fundamentos do Crescimento". In: **A indústria e o Brasil, uma Agenda para o Crescimento**. Brasília: CNI, 2002, p.19.

O processo de industrialização brasileiro efetivou-se sem que se constituísse um sistema de crédito diversificado em termos de instrumentos e de prazo, capaz de compatibilizar liquidez, estabilidade e investimento real, nem tampouco, implantar um mercado de capitais forte e abrangente, para suprir os requisitos de financiamento interno.

Por não financiar a longo prazo, a não ser por canais públicos, o sistema de crédito brasileiro é um fator de bloqueio ao investimento industrial. O crédito privado no Brasil é caro e concentrado no curto prazo.

A ausência de um sistema de crédito diversificado e o desajuste fiscal e financeiro do Estado constituem, portanto, restrições básicas ao crescimento. As elevadas taxas de juros que prevalecem no Brasil em função da incerteza constituem obstáculo ao desenvolvimento de mercados de capitais.

Assim, o esforço de ajuste fiscal e patrimonial do Estado só conduzirá à estabilização se ocorrer, em simultâneo, uma ampla reforma das finanças da economia, que supere a peculiaridade de um sistema de financiamento centrado em instrumentos de curto prazo, e que permita menor volatilidade à taxa de juros.

A solução para os problemas de financiamento enfrentados hoje pelo setor produtivo é complexa e tem várias dimensões. Dificilmente, por exemplo, será possível avançar muito na existência de uma estabilidade econômica que permita uma sensível redução das taxas de juros.

No entanto, há espaço para adoção de medidas que minimizem o problema e preparem o caminho para as condições e a disponibilidade de financiamento venham ao encontro das necessidades das firmas no processo de crescimento sustentado.

5.5 – Tributação na indústria brasileira

O incentivo mais usado com o objetivo de atrair investimentos é a isenção fiscal. A isenção do imposto de renda é algo que se pode oferecer imediatamente, sem incorrer o país aparentemente em qualquer custo.

É considerada como o primeiro passo natural do país no caminho, quando se propõe a melhorar o clima de investimentos. O período de isenção constitui meio de atração, porque melhora dramaticamente as perspectivas de lucratividade comercial, em comparação com os países que não adotam.

Configura-se como um incentivo ao investimento. É o incentivo apropriado às indústrias exportadoras, cujo sucesso talvez dependa desse fator, embora também apropriado quando se quer atender às necessidades daquelas voltadas para o mercado interno.

O sistema tributário em vigor no Brasil é ultrapassado, tendo sido originalmente estruturado há décadas para condições distintas das que hoje prevalecem na economia brasileira. Desde sua criação o sistema vem sendo objeto de freqüentes modificações, na maioria das vezes visando exclusivamente aumentar seu poder de arrecadação.

Essas transformações geraram uma estrutura tributária com distorções e sem nenhuma característica positiva, com impactos negativos sobre a alocação de recursos e a competitividade dos produtos brasileiros.

A carga tributária é, portanto, um fator de desestímulo à abertura de capital, contribuindo para a estreiteza do mercado de capital local. Além da carga elevada, a estrutura tributária é inadequada para o crescimento do mercado.

O sistema, não provê as necessárias condições de igualdade para que o setor produtivo doméstico se adapte às mudanças que resultarão a intensa agenda de negociações internacionais do País.

A existência de uma série de tributos cumulativos (COFINS, PIS e CPMF) fogem do padrão mundial, pois são tributos inexistentes na estrutura tributária dos nossos competidores. O sistema tributário é ineficiente e prejudicial à produção, ao investimento e à geração de emprego.

Tem um viés anti-competitividade apresentando diversos defeitos:

- Onera as exportações e favorece as importações, já que os produtos estrangeiros não carregam consigo a mesma carga de impostos que os nossos produtos.
- Causa distorções nos preços relativos e na alocação dos recursos.
- Causa insegurança e incerteza jurídica aos contribuintes.
- Não tem racionalidade, nem transparência.
- Incide sobre bens de capital e os ativos fixos, desestimulando o investimento na produção.

- É extremamente complexo, existindo um grande número de impostos, contribuições e taxas. Esta complexidade exige grande burocracia nas empresas para cuidar das obrigações com o fisco, elevando o custo dos produtos brasileiros e diminuindo sua competitividade.

É imprescindível eliminar os vícios e as distorções de nossa estrutura tributária, tais como a incidência cumulativa de tributos, a elevada complexidade do sistema e as excessivas obrigações. É também necessária uma melhor distribuição da carga tributária na sociedade, com a redução de alíquotas, e da própria carga sobre os contribuintes.¹²

Transformar o atual sistema tributário, eliminando a cumulatividade e adequando-o aos requisitos da competitividade e eficiência produtiva, é um passo crucial para o retorno ao crescimento acelerado, com fomento à produção e ao investimento.

¹² Alíquota: percentual aplicado sobre o valor do produto ou serviço tributado (para apuração do imposto a recolher).

CAPÍTULO 06

Estratégias para o crescimento industrial brasileiro

6.1 As perspectivas de crescimento para indústria Brasileira

O crescimento de uma indústria é determinado pelo aumento de produção de determinado bem. O tamanho dela é o ponto mínimo da curva de custo médio para a produção, definir o tamanho específico é o que limita a quantidade de dado produto a ser produzido, tendo em vista os custos e os rendimentos previstos.

Os limites ao crescimento da indústria podem estar determinados pelas seguintes variantes:

- a) Limitação da administração, que causam custos crescentes de produção a longo prazo;
- b) Limites do mercado, que ocasionam vendas e rendimentos decrescentes;
- c) Incertezas quanto às perspectivas ou riscos futuros, que atuam tanto aumentando os custos com o crescimento da produção quanto diminuindo os rendimentos de maiores vendas.

A indústria deve ser observada em um contexto amplo, em que seu crescimento tenha uma função e um significado econômico. Quanto maior a indústria menor a influência das forças de mercado sobre a alocação dos recursos produtivos em diferentes usos e no tempo e maior sua autonomia para decisões de planejamento de sua atividade econômica.

A transformação industrial do Brasil requer um esforço maciço de investimento em capital humano, físico e institucional, com ampliação da capacidade de produção, sofisticação da base produtiva e aquisição de novas competências.

O aumento da produtividade, e a expansão da renda e do consumo, se sustentados, seriam o cerne de um projeto de mudanças estruturais. Existem dois processos que tem afastado a indústria do crescimento:

Primeiro, um volume insuficiente de investimento, particularmente em criação de capacidade produtiva exportadora (ou que venha substituir competitivamente as importações), causa e conseqüência de um desempenho exportador inconsistente com a expansão da economia;

Segundo, e mais fundamental, níveis de poupança doméstica que travados pelos desequilíbrios macroeconômicos projetados em elevado endividamento, distorções de regime tributário e fragilidade do mercado de capitais, não são compatíveis com os investimentos necessários para o crescimento sustentado.

A produtividade é o determinante principal, a longo prazo, do padrão de vida da indústria, o crescimento constante da produtividade exige que a economia melhore constantemente. Deve-se levar em consideração a melhora da qualidade do produto, acrescentando elementos desejáveis, apurando a tecnologia do produto ou intensificando a eficiência da produção.

O processo de aumento das exportações das indústrias mais produtivas, transferindo as atividades menos produtivas para o exterior através do investimento externo, e a importação de bens e serviços nas indústrias em que o país é menos produtivo, é saudável para a prosperidade do Brasil.

Com esse processo, a competição internacional ajuda a melhorar a produtividade, com o tempo. Uma participação nacional crescente nas exportações mundiais está ligada aos padrões de vida quando o aumento das exportações de fábricas, que conseguem altos níveis de produtividade, contribui para o crescimento da produtividade nacional.

Uma queda na parcela das exportações mundiais provocada pela incapacidade de aumentar com êxito as exportações dessas indústrias, inversamente, é sinal de perigo para a economia nacional..

A agenda para o crescimento industrial vai além da estabilidade e do respeito aos fundamentos econômicos, o crescimento precisa ser conscientemente buscado, é um trabalho árduo. Não será alcançado via manifestação de desejos, exige visão estratégica, ações em múltiplas direções e coalizões políticas com capacidade de garantir a sua implementação.

É importante integrar indústrias, empresas, setores e regiões com as oportunidades de crescimento mais dinâmicas. O padrão de crescimento que se espera da economia brasileira depende fundamentalmente da educação e do conhecimento.

A inovação como variável estratégica das indústrias brasileiras é um desafio que só será bem sucedido com uma agenda positiva e prioritária do país para superar as atuais deficiências educacionais.

Este é o caminho para aumentar a produtividade, gerar maiores oportunidades de empreendedorismo, criar novos e melhores empregos e remunerar melhor os investidores e trabalhadores.

A contribuição da educação para a nova sociedade vai além do seu impacto na economia, é o ponto central da estratégia de desenvolvimento social e de redução das desigualdades. No Brasil que se projeta é inaceitável a persistência de dois países convivendo em um mesmo território.

Nesta nova sociedade, a indústria tem um papel importante. Nos últimos anos ela buscou a produtividade e a eficiência, este processo terá que continuar, a afirmação do Brasil como um dos principais pólos manufatureiros da economia mundial exigirá também uma crescente inovação de processos e produtos, uma política deliberada de abertura de mercados externos e a capacidade de beneficiar-se da aplicação das modernas tecnologias de informação.

O eixo que define esta estratégia é a competitividade. A capacidade de inovação a elevação da produtividade e o crescimento das exportações devem vir acompanhados da redução simultânea dos problemas de desigualdade e pobreza.

O crescimento contínuo da produtividade é o elemento de garantia para se atingirem estes objetivos. Elevar a competitividade envolve decisões que afetam a estratégia das indústrias e o entorno que as cerca, envolve um novo tipo de ativismo que se defronta com estruturas do Estado despreparadas.

As ações necessárias à elevação da competitividade estão dispersas em várias instituições, o que demanda a coordenação em um Estado que funciona em silos compartimentalizados. Esse fato reforça a necessidade de uma visão estratégia que atue como pólo de aglutinação das políticas, dos objetivos comuns e dos projetos essenciais, ancorados em mecanismos de acompanhamento dos respectivos processos de implementação.

Há um sentido de urgência na necessidade de se enfrentarem estas questões. O Brasil precisa ter claro que é imprescindível manter o seu parque industrial, a indústria é a principal responsável pela produção e difusão do avanço tecnológico, com impacto nos demais setores da economia, e contribui, de forma significativa, na geração de empregos e divisas.

A inovação e as oportunidades da economia da informação e do conhecimento são variáveis críticas para o sucesso nessa nova etapa. Mesmo nas atividades tradicionais e naquelas que transformam a nossa base de recursos

naturais- um ativo do País que não pode ser ignorado- o desafio é trazer para o processo produtivo os recursos da sociedade do conhecimento, ser mais produtivo e competitivo e agregar mais valor à produção.

A indústria brasileira é heterogênea, as estratégias são diferentes para uma pequena indústria de confecção e uma produtora de aviões. Mas a necessidade de conhecimento é um elemento comum aos dois segmentos.

As histórias de sucesso de outros países revelam a importância do desenvolvimento da capacidade criativa nacional, isto é, da habilidade de países de gerar e usar conhecimento ao longo do tempo.

Implementar estratégias de crescimento exige visão, determinação, organização e instrumentos. Recuperar o crescimento sustentado em bases mais expressivas representa a rota mais eficaz para privilegiar a produção e geração de empregos no Brasil.

Isto exige condições de produção e de investimento compatíveis com aquelas dos países concorrentes, além da elevação da produtividade das indústrias. É a condição mínima para que se assegure uma inserção exitosa da indústria à era das transformações tecnológicas, da globalização e da economia do conhecimento.

A indústria brasileira, alicerçada no crescimento da produtividade e submetida aos padrões normais da competição internacional, será capaz de gerar e sustentar níveis elevados de emprego e de remuneração do investimento e do trabalho.

Ancorada em seu vasto mercado interno, que deverá ser ampliado com a incorporação de mais brasileiros ao mercado e à cidadania, a indústria brasileira deverá estar integrada aos fluxos dinâmicos da economia mundial e apresentar crescentes coeficientes de exportação.

O crescimento das exportações e a captura das oportunidades de substituição de importação competitivas são fundamentais para uma estratégia de longo prazo. São seguros para que o País reduza a sua excessiva dependência às oscilações do fluxo de recursos externos.

Romper o ciclo de baixo crescimento é inadiável, crescer é essencial para enfrentar as desigualdades econômicas e sócias que afetam o País. Uma atitude de crescimento se forma a partir de visões, (uma nação é o que ela é capaz de fazer de si própria).

A mensagem da indústria é clara: sem incorrer no voluntarismo, o Brasil tem capacidade de construir estratégias, transformar instituições e mobilizar instrumentos voltados para o crescimento de longo prazo.

6.2 Fundamentos econômicos do crescimento brasileiro

O ritmo de crescimento econômico no período pós- estabilização é frustrante. A taxa média de expansão do PIB entre 1994 e 2001 foi inferior a 3% ao ano (**ver anexo**), taxa reconhecidamente reduzida para atender às demandas de diminuição das desigualdades e promover a desejada ampliação do nível de vida da população brasileira.¹³

A manutenção de um ambiente econômico de estabilidade e previsibilidade (de inflação reduzida), ainda que insuficiente, é indispensável para consecução de uma trajetória de crescimento vigoroso e sustentado. Este ambiente requer fundamentos econômicos sólidos que se manifestam em equilíbrio fiscal de longo prazo (estabilidade da moeda, equilíbrio das contas externas e respeito às regras da economia de mercado).

Estes requisitos são fundamentais para garantir um ambiente econômico, político e institucional favorável à produção e ao investimento produtivo, promovendo assim o crescimento industrial continuado e a eliminação dos ciclos freqüentes de expansão e contração vigentes nos últimos anos.

A principal razão para o reduzido e volátil crescimento médio dos últimos anos está, sem dúvida, na fragilidade macroeconômica do País, em especial sua alta sensibilidade às oscilações das condições financeiras da economia mundial. As raízes da fragilidade encontram-se na simultaneidade e interdependência dos déficits do setor externo e do setor público.

Estes déficits refletem um nível de dispêndio na economia superior à capacidade de poupança doméstica, ocasionando dependência excessiva da poupança externa para financiar o excesso de gastos.

A fragilidade se expressa na elevada necessidade de financiamento externo devido ao expressivo déficit em conta corrente em proporção do PIB.

Ademais, em momentos de forte retração do fluxo de recursos em direção às economias emergentes, como os observados na segunda metade dos anos 90, a própria magnitude do déficit brasileiro limita as possibilidades de seu financiamento.

De fato, no período da década de 90 o País teve seu ritmo de expansão contido pelas políticas macroeconômicas de ajuste às disponibilidades de financiamento externo. Apesar de o déficit em conta corrente ter se reduzido em valor nos últimos anos, este déficit ainda se mantém acima de 4% do PIB, pressionando o custo do financiamento externo ao País e limitando o crescimento da economia.

Pelo lado das contas externas, a fragilidade se explica também pelo baixo volume das exportações brasileiras e no reduzido ritmo de sua expansão que dominou a década passada. Com efeito, entre 1994 e 2001 as exportações brasileiras cresceram a uma taxa média anual de 4,2%, a despeito de este ter sido um período de forte expansão do comércio mundial. Como resultado, as exportações brasileiras permaneceram respondendo por menos de um por cento das exportações mundiais.

Em grande parte deste período, a política cambial esteve voltada muito mais para a estabilização do que para a manutenção das condições de competitividade dos produtos brasileiros.

Ainda que outros fatores sistêmicos tenham sido co-responsáveis, a exemplo do sistema tributário perverso e do elevado custo do financiamento, a valorização da moeda provocou perda de competitividade e desestimulou o investimento voltado à exportação, com impacto sobre a oferta exportável.

A necessidade de aumentar as exportações também se faz mais urgente devido ao aumento no coeficiente de importação do País, em especial no setor industrial, com o processo de liberalização comercial e a progressiva integração da economia brasileira à economia mundial.

A política econômica compatível com a criação de um ambiente favorável ao investimento na produção e à superação da restrição externa ao crescimento deve ter as características essenciais a seguir definidas, constituindo-se, de certo modo, em cláusulas fundamentais ou basilares da estabilidade em sentido amplo.

¹³ CNI. "Os eixos da política de desenvolvimento industrial". In: **A indústria e o Brasil, uma Agenda para o Crescimento**. Brasília: CNI, 2002, p.30.

POLÍTICA FISCAL

Desafio:

- Gerar Equilíbrio fiscal sustentado - a política fiscal deve voltar-se para a obtenção do equilíbrio sustentado das contas públicas com o objetivo de manter a relação dívida/PIB sob controle.

Esta relação determina as condições de solvabilidade das contas públicas a longo prazo e, em última instância, o grau de risco-país. Um elevado grau de risco tem implicações sobre as taxas de juros e o custo de capital, com conseqüências negativas não apenas para a própria dinâmica da dívida pública como para o investimento privado.

Propostas:

- Adotar metas fiscais, em termos de superávit primário, com o objetivo de estabilizar a relação dívida/PIB e minimizar as necessidades de financiamento do setor público, criando condições à imprescindível queda das taxas básicas de juros.

- Eleger a responsabilidade fiscal como um objetivo permanente, não apenas para garantir o equilíbrio das contas públicas, mas também para promover o uso mais eficiente dos recursos públicos de modo a minimizar a necessidade de recursos tributários extraídos da sociedade.

- Promover o ajuste fiscal crescentemente via redução de despesas e maior eficiência no gasto, aumentando com isto a poupança pública e liberando recursos para o setor privado.

- Implementar regras orçamentárias claras e críveis, com o orçamento público sendo efetivamente observado e revelador da ordenação de prioridades, limitando-se a possibilidade de contingenciamento.

- Seguir regras de respeito ao contribuinte e reconhecer que já foram ultrapassados os limites ao aumento da carga tributária imposta ao contribuinte.

POLÍTICA MONETÁRIA:

Desafio:

- Manter a estabilidade de preços - a política monetária volta-se para a busca da estabilidade econômica em sentido amplo. Isto significa adoção de regras que evitem oscilações bruscas nas condições monetárias de modo a não fomentar

maior volatilidade à atividade econômica. Com isto minimizam-se oscilações de curto prazo que terminam por se manifestar em redução do ritmo de crescimento de longo prazo.

Propostas:

- Primar pela previsibilidade e transparência das ações da política monetária através de ampla disponibilização de informações e da motivação de suas ações, de modo a construir um ambiente de segurança e estabilidade.
- Manter o regime de metas de inflação para coordenar as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos, minimizando o risco de mudanças bruscas na política monetária, mas considerando que a adoção de um regime de metas de inflação não prescinde de uma avaliação dos custos de uma política monetária restritiva, pois a meta de inflação é um instrumento e não um fim em si mesma.
- Aperfeiçoar o regime de metas e fazer uso de índices de inflação que representem a tendência central dos preços, ou núcleos da inflação, na definição da meta, em lugar dos índices não ajustados, que se mostram mais sensíveis a choques de natureza exógena ou sazonal.

POLÍTICA ECONÔMICA EXTERNA:

Desafio:

- Superar a vulnerabilidade externa - a política econômica externa deve-se pautar pela flexibilidade e orientar-se para os objetivos de redução da fragilidade da economia brasileira às oscilações do mercado financeiro internacional.

Como o saldo comercial é um dos componentes do déficit em conta corrente mais sensível à ação da política econômica a curto prazo, apesar da dimensão, o déficit da conta de serviços é menos sensível a tais ações, é imprescindível que o crescimento das exportações seja maior que o crescimento das importações.

Esta é a condição dinâmica de equilíbrio, pois significaria um gradual abrandamento da necessidade de financiamento externo à economia brasileira, reduzindo o grau de exposição do País e com isto o risco a ele associado. A redução deste risco implicaria a melhora das condições de captação dos recursos externos, tanto em termos de custo como em termos de qualidade e de prazo.

Propostas:

- Manter o regime de flutuação cambial, evitando-se tendências de sobrevalorização que venham a pôr em risco a rentabilidade dos investimentos voltados ao mercado externo, e por conseqüência, o equilíbrio das contas externas.
- Conceder prioridade estratégica às exportações e, complementarmente, adotar projetos de substituição competitiva de importação sem comprometimento do processo de integração do País à economia mundial.
- Adotar políticas de estímulo ao setor de turismo no País, em especial o estrangeiro, de modo a atrair o crescente ingresso de divisas provenientes desta atividade.
- Adotar uma política agressiva de atração de investimentos, com ênfase no setor de bens comerciáveis, de modo a reduzir a fragilidade externa.

FINANCIAMENTO MACROECONÔMICO:*Desafio:*

- Aumentar a poupança interna – a elevação do ritmo de crescimento exige o aumento da taxa de investimento de modo a criar a capacidade produtiva adequada. Para tanto é necessário aumentar a capacidade de poupança doméstica de modo a reduzir a dependência da poupança externa.

Propostas:

- Desenvolver o mercado de capitais, criando novos instrumentos e estimulando a utilização dos atuais.
- Promover um ambiente propício à poupança de longo prazo através das seguintes ações: aperfeiçoamento dos produtos financeiros de longo prazo; promoção de reforma do sistema de previdência, com estímulo à previdência complementar e redução do ônus tributário à poupança.

AMBIENTE INSTITUCIONAL:

Desafio:

- Garantir o respeito às regras de mercado –a estabilidade de regras é essencial para o adequado funcionamento das forças de mercado e de seu papel na alocação dos recursos e no estímulo ao investimento privado, motor do crescimento.

Propostas:

- Garantir o respeito aos agentes econômicos (empresas, cidadãos e consumidores), refletido na observância dos contratos privados e dos direitos individuais e de propriedade.

- Abster-se de intervenção na formação dos preços na economia, de modo a não promover distorções nos preços relativos que afetam a lucratividade das atividades e a alocação dos recursos, que venham a acarretar prejuízo ao investimento produtivo.

- Concentrar a ação do Estado na sua função reguladora e de condutor de políticas típicas do poder público.

6.3 Competitividade dos setores industriais brasileiros

É essencial compreender que o desenvolvimento competitivo da indústria brasileira só pode ocorrer se for acompanhado pela incorporação da base da sociedade ao sistema moderno de consumo.

O crescimento dos salários reais e a melhoria da distribuição de renda se, de um lado, implicarão o encarecimento relativo do fator trabalho, de outro permitirão o alargamento do mercado interno, viabilizando a difusão ampliada de muitos bens e serviços hoje restritos às classes de alta renda.

A elevação da renda média de base do mercado traz importantes efeitos positivos. Permite o aumento das escalas de produção de vários produtos e a produção eficiente de muitos bens e serviços populares (por exemplo: eletrodomésticos, áudio, televisão, automóveis, vestuário).

O alargamento do mercado interno e a redução da desigualdade social viabilizam outro fator-chave para o desenvolvimento competitivo: a coesão social e a legitimidade em torno dos seus objetivos.

A superação do déficit competitivo brasileiro passa, portanto, por um amplo conjunto de desafios, em todos os casos inadiáveis. Começa pela mudança cultural e de postura dos atores sociais, incluindo os trabalhadores, os empresários, os consumidores e as instituições governamentais e privadas, que têm agora que se voltar para novas tarefas e exigências.

A primeira, e mais importante é a do desafio educacional, associado à integração e ao avanço social. A competitividade deve estar ligada a um conjunto de diretrizes e objetivos capazes de criar perspectivas de crescimento econômico e redução das distâncias sociais.

Outra questão é promover o desenvolvimento de um mercado interno amplo e dinâmico, capaz de desenvolver-se no sentido das exigências internacionais, cada vez mais amplas e rígidas, associadas à qualidade, segurança e respeito ao meio ambiente e aos recursos naturais.

A heterogeneidade de capacitações competitivas é elevada na indústria brasileira, principalmente nos setores voltados para o consumo pessoal interno e nos principais fornecedores desses setores, agravada pela disparidade nos níveis de renda e consumo da população.

As dimensões do mercado interno brasileiro representam a principal vantagem competitiva do país, o baixo dinamismo pode ser considerado um dos maiores obstáculos à competitividade da indústria no momento atual.

A indústria brasileira tem investido valores irrisórios no desenvolvimento de produtos e apresentam, em geral, defasagens importantes neste campo em relação à indústria internacional.

Diversos fatores podem ser responsabilizados por esta situação, podendo-se destacar: a instabilidade da demanda interna, o baixo poder aquisitivo da população, sua carência educacional e desinformação.

Embora a indústria no país, desde seus primórdios, seja muito internacionalizada, contando com forte presença de empresas transnacionais, poucos setores foram estruturados visando o mercado mundial.

Os setores com capacidade competitiva apresentam, em geral, níveis elevados de eficiência produtiva e excelente desempenho no comércio externo. Além de se beneficiarem da ampla base de recursos minerais, agrícolas, florestais e energéticos disponível no país.

Possuem boa capacidade de gestão de processos, escalas técnicas adequadas e elevado grau de atualização tecnológica de equipamentos.

Os setores com capacidade competitiva apresentam níveis elevados de eficiência produtiva e conformidade dos produtos, atendendo às necessidades do mercado interno e alcançando desempenho positivo no comércio externo.

Estes setores são os principais responsáveis pela geração de divisas na economia brasileira.

TABELA: 02 SETORES COM CAPACIDADE COMPETITIVA
Complexo agro-industrial: óleo de soja/ café/ suco de laranja
Complexo químico: petróleo/ petroquímica
Complexo metalmeccânico: minério de ferro/ siderurgia/ alumínio
Complexo celulose e papel: celulose/ papel

O Brasil detém liderança internacional indiscutível em minério de ferro e responde por mais de 70% das exportações mundiais de suco de laranja concentrado. Possui a terceira colocação em reservas mundiais de bauxita, o que garante sólida posição no mercado internacional do alumínio.

De forma semelhante, as possibilidades da base florestal brasileira asseguram boa participação do país no comércio internacional de celulose. As empresas destes setores já adotam estratégias agressivas de comercialização e têm boa penetração nos maiores mercados mundiais.¹⁴

O Brasil é ainda o maior produtor e exportador mundial de café e, embora venha perdendo participação, tem condições de manter liderança neste mercado. Nos produtos de complexo de soja ocupa posição de destaque e as perspectivas são de recuperação de hegemonia, com a consolidação da produção no cerrado.¹⁵

O principal fator determinante da competitividade dos setores com capacidade competitiva da indústria brasileira é o baixo custo das matérias-primas,

¹⁴ COUTINHO Luciano e FERRAZ João. "Setores com Capacidade Competitiva". In: **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1995, p. 262.

¹⁵ Idem. p.262

resultante da disponibilidade de boas reservas de recursos naturais, tanto em quantidade como em qualidade, e em condições de exploração favoráveis.

De modo geral, os setores com capacidade competitiva da indústria brasileira apóiam sua competitividade na ampla base de recursos minerais, agrícolas, florestais e energéticos existente no território nacional.

Nas configurações desses setores prevalecem indústrias que operam plantas industriais com escalas técnicas adequadas e elevada atualização tecnológica e demonstram boa capacitação em gestão dos processos produtivos.

No entanto, a insuficiência de porte ou integração produtiva das indústrias líderes brasileiras tem constituído um grande obstáculo à dinamização das suas vantagens competitivas.

A proposta básica para os setores com capacidade competitiva é que consolidem e ampliem posições no mercado externo e que dinamizem as vantagens competitivas estáticas que já detêm. Para isto é necessário desenvolver produtos e mercados com maior potencial de crescimento e que permitam a obtenção de maiores margens de rentabilidade.

Cabe ao Estado principalmente atividades de coordenação, com ênfase no apoio a configurações industriais que viabilizem a pesquisa e o desenvolvimento de produtos e a expansão externa dos setores, bem como garantir condições favoráveis em termos de câmbio, logística de infra-estrutura e estabilidade econômica.

Um projeto de desenvolvimento competitivo para a indústria brasileira necessariamente deve promover a elevação contínua e generalizada da capacitação produtiva nos setores com maior peso na estrutura industrial do país.

No que diz respeito à pauta de produção, propõe-se que indústrias com maior capacitação busquem excelência internacional através da atuação de nichos do mercado interno e expansão para o exterior em segmentos de maior valor adicionado e conteúdo tecnológico.

A ampliação e aceleração do processo de desenvolvimento de capacitações competitivas requerem a promoção de condições favoráveis.

Primeiramente, deve-se fortalecer o mercado interno. Os setores de capacidade competitiva citados no quadro são predominantemente voltados para a demanda doméstica, a elevação do poder de compra da população e a recuperação

dos mecanismos de financiamento ao consumidor consistiriam os principais estímulos ao incremento de sua competitividade.

Em segundo lugar, a promoção da concorrência visaria aproveitar as forças do mercado para impor às empresas a elevação dos patamares competitivos.

Propões-se manter a indústria exposta à concorrência internacional e coibir práticas desleais ou não indutoras de competitividade, é indispensável o reaparelhamento das instâncias responsáveis pela regulação, elaboração, aplicação e fiscalização de normas técnicas e legislação de defesa do consumidor e da concorrência.

A principal vantagem competitiva da indústria brasileira é o tamanho de seu mercado interno, um dos maiores do mundo. O potencial deste mercado seria ainda maior se não enfrentasse as restrições decorrentes da crescente desigualdade na distribuição da renda e marginalização de parcela significativa da população do consumo dos bens industriais.

A disparidade nos níveis de renda e consumo da população também dá margem a uma elevada heterogeneidade de capacitações competitivas na indústria brasileira.

A perspectiva de reativação do mercado interno propiciaria a multiplicação das oportunidades de desenvolvimento competitivo da indústria brasileira. Mantida a sinalização pró-competitiva (taxa de câmbio real, estímulo à competição interna, modernização das relações de trabalho), a dinamização do nosso mercado possibilitaria:

- Escalas de produção crescentes e mais eficientes;
- Mercados mais exigentes e capazes de absorver novos produtos com mais velocidade;
- Estímulo à prática de Pesquisa e Desenvolvimento e ao incremento de novas aplicações, serviços e produtos com marcas e características brasileiros;
- Investimentos de aplicação e renovação do parque de máquinas e equipamentos, viabilizando saltos de produtividade e qualidade, com introdução de novos processos;
- Elevação das estratégias industriais, visando maior conteúdo tecnológico, qualidade, captura de sinergias internas.

Capítulo 07

A nova Política Industrial Brasileira (PITCE)

A política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), foi elaborada a partir de 2003 é uma política ampla, abrangente e que visa colocar o Brasil em um novo patamar no cenário mundial.

Isto ocorre mediante a modernização e o aumento da eficácia de seu parque industrial, promoção da inovação, como fator chave para o aumento da competitividade das empresas e ampliação da participação do País no Comércio Internacional, via expansão das exportações.

O objetivo é o crescimento econômico, com base numa indústria moderna, diversificada e competitiva, ou seja, que priorize a geração de produtos com maior valor agregado, com maior conteúdo tecnológico e baseado em padrões internacionais de qualidade.

Ao avaliarmos a referida política sob o viés tecnológico veremos a presença marcante da TIB (tecnologia industrial básica) no conjunto das medidas destinadas a fomentar a inovação nas empresas e a fortalecer o Sistema Nacional de Inovação.

Tal situação, que já era visível quando da abertura econômica à concorrência externa no início dos anos 90, agora, tornou-se imperativa no âmbito da nova política industrial.

A nova política industrial brasileira é um marco na história do Brasil no que se refere ao planejamento do crescimento econômico e do desenvolvimento auto-sustentado. Ela objetiva ampliar a eficiência e a competitividade da empresa nacional e inseri-la internacionalmente, criando empregos e elevando a renda.

No âmbito da Câmara de Política Econômica foi elaborado um conjunto de medidas que visa o estímulo ao investimento produtivo, formação de poupança de longo prazo, superação de gargalos de infra-estrutura, modernização e capacitação do parque industrial e estímulo à inovação de produto, processo e gestão.

Foram criados, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial. Os primeiros esforços do Governo para estimular a economia e gerar postos de trabalho já começaram a aparecer em 2004.

Essa recuperação fundamenta-se tanto em medidas de controle da inflação quanto na promoção das exportações e no fortalecimento da imagem comercial do País no exterior. A continuidade depende de políticas estruturadas pelo consenso e que nos orientem para o futuro.

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) objetiva induzir a mudança do patamar competitivo da indústria brasileira, rumo à maior inovação e diferenciação de produtos, almejando competitividade internacional. A inserção externa da indústria é fator decisivo para o seu desenvolvimento.

Suas ações contemplam três planos:

1) Linhas de ação horizontais:

- a) Inovação e desenvolvimento tecnológico;
- b) Inserção externa;
- c) Modernização industrial;
- d) Ambiente institucional/ aumento da capacidade produtiva;

2) Opções estratégicas:

- a) Semicondutores;
- b) Software;
- c) Bens de Capital;
- d) Fármacos e medicamentos;

3) Atividades portadoras de futuro:

- a) Biotecnologia;
- b) Nanotecnologia;
- c) Biomassa/energia renováveis;

A PITCE é uma política contemporânea, voltada para o futuro. O desenvolvimento da competitividade da indústria brasileira passa pela inovação tecnológica; eis porque ela é ao mesmo tempo política industrial e tecnológica.

Se, o Brasil já teve políticas industriais voltadas fundamentalmente para substituição de importações, a PITCE persegue padrões de competitividade internacional, não só para a exportação, mas também porque a disputa se dá hoje no próprio mercado interno.

Competitividade hoje significa incentivar a indústria a inovar e diferenciar produtos para concorrer num patamar mais elevado, mais dinâmico, de maior renda e mais virtuoso socialmente.

Dentre os programas vigentes podem ser citados:

- **Programa Brasil Exportador:** programa integrado que visa melhorar a competitividade internacional da indústria brasileira, por meio de 44 projetos e programas de vários órgãos do governo, lançado em novembro de 2003.

- **Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq):** com uma dotação orçamentária de R\$ 2,5 bilhões e prazo de vigência de 12 meses (a partir de agosto de 2004), o programa, destinado a financiar máquinas e equipamentos nacionais novos, tem por objetivo principal oferecer às indústrias instaladas no país condições para promoverem a constante renovação a adequação do parque produtivo nacional.

- **Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial: (criada em maio de 2005)** a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) tem como função “promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para geração de empregos, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia”.

A agência tem a função de articular ações e estratégias da política industrial por meio do desenvolvimento do processo de inovação e do fomento à competitividade do setor produtivo. Este órgão ita também estimular a obtenção de propriedade intelectual, desenvolver instrumentos que ajudem a promover o surgimento de novas empresas e apoiar projetos estratégicos para o governo.

7.1- O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ABDI

Estimular a empresa brasileira a mudar o seu patamar competitivo pela inovação e diferenciação tecnológica de modo a inserir seus produtos e serviços no mercado internacional. Esse é o principal foco do planejamento estratégico da recém criada Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), aprovada em 04 de maio de 2005.

Mario Sergio Salerno, diretor de Desenvolvimento Industrial da Agência, explica que hoje o País sofre com a pressão da concorrência de produtores que operam com custos muito baixos, como a China e o Vietnã.

Por outro lado, também sofre com os concorrentes que primam pela inovação e diferenciação do produto, como é o caso da Alemanha. “O Brasil, de maneira geral, fica no meio termo”, diz Mario Sergio.

Foi pensando na inserção e no reconhecimento dos produtos brasileiros nos principais mercados que a Agência formulou o seu planejamento estratégico. Para que as metas estabelecidas sejam alcançadas, Mario Salerno acredita que o Brasil hoje precisa enfrentar dois macroobjetivos: o aumento da capacidade inovadora das empresas e o fortalecimento e expansão da base industrial brasileira.

De maneira geral, os programas, que visam promover a modernização, a inserção internacional e a formação de recursos humanos voltados para a inovação das indústrias, devem ser lançados em curto prazo.

A Agência é responsável por executar e articular ações e estratégias da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), por meio do apoio ao desenvolvimento do processo de inovação e do fomento à competitividade do setor produtivo.

Para Salerno, a criação da Agência deve ser vista como um grande passo para a indústria brasileira. “Com a instituição da Agência, o País passa a ter um grupo permanente que pensa a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. A necessidade que se tinha era de ter um olhar global sobre a questão”, afirma.

O Conselho Deliberativo da ABDI é presidido pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, e conta com representantes dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Integração Nacional; da Casa Civil; do BNDES; e do Instituto de Pesquisa Econômico e Aplicada (IPEA). Representantes da iniciativa privada também compõem a instância.

CONCLUSÃO

A indústria influencia muitos setores da economia. Pela ótica da produção, a indústria é o que apresenta maior taxa de crescimento. No presente caso, a continuidade dos investimentos seria essencial, no sentido de ampliar a base produtiva instalada.

A produtividade é o aspecto fundamental para indústria. O crescimento da produtividade depende da melhora da economia.

A indústria tem uma capacidade extrema de melhorar o ciclo de crescimento do Brasil, porém o ambiente econômico instável e a falta de novas reformas são variantes latentes que impedem sua atuação.

Para alcançar uma trajetória de crescimento contínuo sem variações, é importante manter um equilíbrio fiscal de longo prazo, ou seja, com estabilidade da moeda, um local político e institucional favorável à produção e ao investimento produtivo.

A fragilidade macroeconômica do País freia o crescimento. Isto se expressa na elevada necessidade de financiamento externo, devido ao expressivo déficit em conta corrente em proporção do PIB, no entanto, a indústria ainda detém a posição de segmento líder na economia.

A indústria lidera as taxas de crescimento do PIB, visto ser um dos setores de maior relevância na participação do crescimento da economia, isto se comprova devido o crescimento brasileiro dos últimos cinquenta anos ter sido liderado pela indústria.

Deve-se haver uma composição entre os diversos setores (indústria, setor de serviços, agronegócio, entre outros) para proporcionar o aumento do PIB. O que se necessita é de um crescimento harmonioso, de longo prazo, é preciso fazer crescer a economia como um todo.

Conclui-se que é importante uma reorientação da política econômica, reascendendo o mercado interno e oferecendo suporte para que o crescimento industrial continue ocorrendo, pois como visto, este setor puxa os demais setores da economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRYCE, Murray. **Políticas e Métodos de Desenvolvimento Industrial**. Rio de Janeiro: Forense, 1970, p.96.

CNI. **A indústria e o Brasil, uma Agenda para o Crescimento**. Brasília: CNI, 2002. p.19.

COUTINHO Luciano e FERRAZ João. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1995, p. 262.

FARO, Passos. **Política Industrial e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Planef, 1990, p.85.

JOSÉ, Eduardo. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2002, p.3.

KON, Anita. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1994, p.16.

OLIVEIRA, Xavier. **A inovação na indústria**. São Paulo: Editora: Cone, 1987, p.29.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira Origem e Desenvolvimento**. Brasiliense, 1986, p.22.

Sites:

www.bndes.gov.br. Acesso: fev2005.

www.cni.org.br. Acesso: março 2005.

www.desenvolvimento.gov.br. Acesso: abril2005.

www.ibge.gov.br. Acesso: maio2005.

www.iedi.org.br. Acesso: junho 2005.

ANEXO: 01 – PIB, Exportações, Importações de bens, serviços e indústria

Ano	PIB (emUS\$ milhões)	Renda líquida(%) enviada ao exterior	Exportações (%) de bens e serviços	Importações (%) de bens e serviços	Taxa Real de variação anual do PIB	Indústria
1990	469.318	2,45	8,20	6,96	-5,5	-8,73
1991	405.679	2,26	8,68	7,91	1,03	0,26
1992	387.295	1,93	10,87	8,39	-0,54	-4,22
1993	429.685	2,52	10,50	9,10	4,92	7,02
1994	543.087	1,67	9,51	9,16	5,85	6,73
1995	705.449	1,55	7,72	9,49	4,22	1,91
1996	775.475	1,56	6,99	8,90	2,66	3,28
1997	807.814	2,01	7,51	9,88	3,27	4,65
1998	787.889	2,34	7,42	9,60	0,13	-1,03
1999	535.554	3,53	10,28	11,82	0,79	-2,22
2000	602.207	2,97	10,66	12,18	4,36	4,81
2001	509.797	3,80	13,22	14,22	1,31	-0,50
2002	459.379	3,88	15,49	13,41	1,93	2,57
2003	498.426	3,66	16,86	13,12	-0,22	-0,96

FONTE: VARGAS, Getúlio Fundação. "Conjuntura Estatística". In: **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.p.19.

ANEXO: 02- Indicadores industriais (INDÚSTRIA GERAL)

ANO	Acumulado no ano	(Base: Média 2002 =100)
1990	-8,90	79,1
1991	-2,61	77,0
1992	-3,73	74,2
1993	7,51	79,7
1994	7,60	85,8
1995	1,83	87,4
1996	1,73	88,9
1997	3,89	92,3
1998	-2,03	30,4
1999	-0,65	89,9
2000	6,64	95,8
2001	1,58	97,3
2002 (nov/dez)	5,03	200,1/ média: 100,0
2003(janeiro)	1,62	92,2
2003 (fevereiro)	2,14	90,2
2003 (março)	1,01	96,0
2003 (abril)	-0,53	95,3
2003 (maio)	-0,68	99,3
2003 (junho)	-0,87	95,0
2003 (julho)	-1,13	101,9
2003 (agosto)	-1,37	102,3
2003 (setembro)	-0,75	107,9
2003 (outubro)	-0,62	113,6
2003 (novembro)	-0,45	107,5
2003 (dezembro)	-0,06	98,0/ Média: 99,9
2004 (janeiro)	3,54	95,5
2004 (fevereiro)	2,57	91,6
2004 (março)	5,99	108,0
2004 (abril)	6,22	101,9
2004 (maio)	6,59	107,2
2004 (junho)	7,66	107,4
2004 (julho)	-	-

FONTE: VARGAS, Getúlio Fundação. "Conjuntura Estatística". In: **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.p.4.

ANEXO: 03 Indicadores Conjunturais da Indústria.

Pessoal Ocupado Assalariado – Março 2005

Seções e Divisões	Mensal	Acumulado	Últimos 12 meses
<i>Indústria geral</i>	102,17	102,71	102,66
Indústrias extrativas	100,74	101,12	102,96
Indústria de transformação	102,20	102,74	102,65
Alimentos e bebidas	105,55	105,39	104,53
Fumo	97,83	97,69	120,35
Têxtil	103,86	104,74	102,65
Vestuário	97,55	96,17	94,37
Calçados e Couro	90,98	92,93	97,57
Madeira	99,02	100,86	102,41
Papel e Gráfica	99,07	99,94	97,45
Coque, Refino de Petróleo, Comb. Nucleares e Álcool	119,25	115,46	112,35
Produtos químicos	100,02	101,12	102,23
Borracha e plástico	100,48	101,22	103,23
Minerais ã metal.	100,08	99,21	98,02
Metalurgia básica	108,46	108,28	107,71
Produtos de Metal	99,69	99,94	95,30
Máquinas e equip	103,76	107,43	112,95
Máquinas e aparelhos elétricos	104,55	105,71	108,03
Fabricação de meios de transporte	113,28	113,78	110,92
Fabricação de outros produtos da indústria de transformação	99,67	99,21	98,80

FONTE: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria.